

Fim à **Violência** Contra a Rapariga na Escola

Histórias de Sucesso

Setembro 2013



LOTTERY FUNDED

O projecto fim à violência contra a rapariga na escola

FOTOGRAFIA: ACTIONAID



Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer aos colegas, parceiros, administradores de projecto nacionais e directores no país do Gana, Quénia e Moçambique, à equipa internacional da educação e da juventude, ao London Institute of Education e a todos os que estiveram envolvidos na implementação do projecto quinquenal Fim à Violência Contra a Rapariga na Escola financiado pelo Big Lottery Fund.

Comité editorial: Asmara Figue, Louise Wetheridge, Victorine Kemonou Djitrinou, Tim Hess.

Design: www.NickPurser.com

Para aceder a mais informação sobre o projecto da ActionAid Fim à Violência Contra a Rapariga na Escola, incluindo o relatório final e longitudinal, consulte www.actionaid.org/what-we-do/education/stop-violence-against-girls-schools.

Para mais informações sobre o projecto Fim à Violência Contra a Rapariga na Escola, é favor contactar: victorine.djitrinou@actionaid.org

ActionAid
Setembro 2013

Índice

1. Introdução	5
2. A Violência Contra a Rapariga na Escola	7
3. O projecto Fim à Violência Contra a Rapariga na Escola	9
4. Criar dinâmica para a educação das raparigas: aumentar a matrícula e a retenção e fazer progressos na paridade de género	14
5. As raparigas no cerne: capacitar as raparigas para acção	24
6. Reduzir a Violência Contra a Rapariga	33
7. Pôr as leis e as políticas a funcionar a favor das raparigas	39
8. Concretizar o Potencial da Pesquisa	48
9. Monitoria e Avaliação	51
10. Conclusão	54
Referências	57



Prefácio

Caríssimos leitores,

Milhões de raparigas em África e no mundo vêm os seus direitos violados todos os dias, sem oportunidade de se expressarem nem de serem ouvidas ou porque são crianças ou pelo simples facto de serem mulheres e consequentemente devem ser submissas ao homem e a sociedade, como reza a “boa moral” e a cultura patriarcal.

Uma das melhores alternativas de levar à sua independência é também lhe negada - a educação - porque as famílias não priorizam a educação para seus filhos e principalmente da rapariga. Ademais as leis, políticas e regulamentos quando existem não salvaguardam os direitos das raparigas e, nos casos em que respeitam os direitos das raparigas as mesmas não são implementadas devidamente.

Vezes sem conta, ela é acusada ou culpada da violência que sofre e por isso ela é, responsabilizada pelas consequências da violência sobre si; sob o pretexto de que ela devia ter feito algo para evitar ou não devia ter feito algo que motivou a violência contra si.

Esta situação só poderá mudar quando cada um de nós assumir e ser um herói de combate contra a violência e abuso sexual sofrido pelas raparigas a todos os níveis e em todos os lugares. Sabemos o quão esta luta será desafiante mas como refere o filósofo grego Aristóteles “onde há luta, há também uma vitória”. Portanto venceremos!

Foi justamente com este foco que a ActionAid implementou o projeto designado “Fim a Violência contra a Rapariga na Escola”, em três países africanos, Moçambique, Gana e Quênia, entre 2008 a 2013. Com este projeto, foi possível mostrar com exemplos práticos que a conjugação de esforços traz mudanças sociais na vida das raparigas: nos três países as raparigas melhoraram a sua condição de vida e puderam viver num ambiente livre de violência. O documento que tem em suas mãos é colectânea de algumas das boas práticas deste projecto “Fim a Violência contra a Rapariga na Escola”.

Neste relato de histórias de sucesso que tem em suas mãos virá o quão notório foi o salto qualitativo na vida das raparigas abrangidas pelo projeto e não só; verá a existência de espaços seguros; irá testemunhar o aumento da sua auto-estima; apreciará o apoio incondicional que recebem de seus pares, de suas famílias, professores e dos tomadores de decisão. Através das acções do projecto pudemos ver que é possível que a rapariga seja uma guerreira vitoriosa na conquista do seu espaço na comunidade, na escola e em casa.

Neste documento, irão encontrar as melhores práticas durante a intervenção comunitária, nos três países que ditou a mudança na forma de ser e estar de toda comunidade abrangida e em especial da própria rapariga. As estratégias de advocacia utilizadas, aliadas às oportunidades e dinâmicas do momento em cada um dos países e como é que este trabalho foi fundamentado por estudos, avaliação e monitoria constantes durante a implementação do projecto demonstram e justificam os sucessos do projecto.

Irão encontrar neste documento, histórias contadas pelas raparigas na primeira pessoa sobre como desafiam a cultura de violência já enraizada em todos os segmentos da sociedade, como o trabalho no terreno ajudou a propor mudanças de lei, políticas regulamentos internos nas escolas e práticas negativas na comunidade e em casa. São estratégias, momentos de vida, histórias de sucesso que vale a pena ler, porque certamente lhe irão inspirar para ajudar a milhares de raparigas que continuam tendo os seus direitos negados em todos os cantos deste continente e do mundo.

Devo ainda dizer que o sucesso do projecto “Fim a Violência contra a Rapariga na Escola” que resultou num verdadeiro empoderamento da rapariga e na redução da violência e abuso sexual contra a rapariga na escola em Moçambique, no Quênia e no Gana deveu-se sem sombras de dúvidas ao abnegado esforço e dedicação das várias organizações que estiveram envolvidas no projecto quer directa assim como indirectamente.

Por isso convido-lhe a uma boa leitura das histórias de sucesso!

Amade Sucá

Director Nacional, ActionAid Moçambique

1. Introdução

“A **violência** não pode ser tolerada em casa, na rua ou na escola.”

Consagrada pelas leis nacionais e internacionais, a educação é um direito fundamental de todas as crianças sem distinção nem discriminação de qualquer tipo. É também reconhecida como um direito propiciador, visto que, ao promover o desenvolvimento total da criança ao nível da sua personalidade, talentos e capacidades físicas e mentais, lhe permite aceder a vários outros direitos e desenvolver todo o seu potencial (UNCRC).

Para além de demonstrar o seu compromisso com a educação ao ratificar convenções internacionais e empreender medidas necessárias para harmonizar a legislação nacional com essas disposições, representantes de 164 estados-nação participaram em 2000 no Fórum Mundial sobre a Educação em Dacar, e comprometeram-se a cumprir seis objectivos chave para garantir a Educação para Todos em 2015.

Contudo, quando faltam menos de 2 anos para o fim desse prazo, é evidente que apesar dos enormes progressos alcançados na expansão do acesso à educação para milhões de crianças nalguns dos países mais pobres do mundo, muito resta

a fazer para que o direito à educação para todas as crianças seja uma realidade.

Um relatório recente da UNESCO revela que, segundo as estimativas, 57 milhões de crianças estão ainda fora do sistema escolar, das quais 53% são raparigas (UNESCO, 2013). Metade dessas crianças vive na África Subsaariana, onde o número de crianças fora da escola se tem mantido constante à volta de 30 milhões nos últimos 5 anos. A África Subsaariana tem a taxa mais alta de crianças fora da escola de todas as regiões e 22% das crianças em idade escolar nunca foi à escola ou saiu da escola sem ter concluído o ensino primário (UNESCO, 2013). Assim sendo, não surpreende que a maioria desses países esteja longe de alcançar os seis objectivos da Educação para Todos em 2015 (UNESCO, 2012).

Além disso, embora a diminuição da discrepância entre os géneros na matrícula ao ensino primário tenha sido vista como um dos sucessos chave da Educação Para Todos (EFA) desde 2000, existem ainda 21 países onde se considera que as raparigas enfrentam graves desvantagens educacionais, 12 dos quais se situam na África Subsaariana (UNESCO 2012). No entanto, atingir a paridade no ingresso é apenas um dos lados da questão, e é necessário fazer mais para garantir que, para lá da matrícula, a educação se torne globalmente mais equitativa, de forma a permitir às raparigas continuar na escola e ter bons resultados.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

Embora a consecução dos objectivos da EFA não signifique automaticamente a concretização do direito das crianças à educação, é também evidente que, se não for atingida, tal continuará a privar milhões de crianças, particularmente raparigas, das suas prerrogativas mais fundamentais.

Do debate da comunidade global sobre a agenda para a educação pós-2015, ressalta que a educação das raparigas deve continuar a ser uma prioridade, e o relatório da consulta global sobre a educação na agenda de desenvolvimento pós-2015 afirma o seguinte:

“todas as raparigas, por mais pobres, isoladas ou desfavorecidas que sejam, devem poder frequentar a escola com regularidade, sem terem de interromper os estudos devido à gravidez precoce, ao casamento forçado, a lesões e mortalidade maternas, e sem ter de suportar o fardo desigual das tarefas domésticas e de tomar conta das crianças”

(UNESCO/UNICEF, 2013).

.....

Garantir o direito das crianças à educação é uma das principais prioridades da ActionAid, que, para

além do interesse no acesso à educação, visa melhorar a qualidade do ensino e garantir que voz das crianças e dos jovens seja ouvida no processo. Sendo uma organização muito centrada nos direitos da mulher, a ActionAid também compreende que para atingir esse objectivo e, por seu intermédio, outros objectivos de desenvolvimento humano mais amplos, é essencial compreender, questionar e transformar os factores complexos que privam as raparigas do direito à educação.

A ActionAid tem-se centrado na educação das raparigas desde 2004, com advocacia, campanhas e programas em diversos países em todo o mundo. Contudo, o propósito do presente relatório é documentar e partilhar alguns dos principais sucessos e exemplos de boas práticas que emergem de uma das iniciativas pluri-nacionais emblemáticas da organização na área da educação das raparigas - o projecto Fim à Violência Contra a Rapariga na Escola - a fim de as partilhar com profissionais da organização e não só.

O documento divide-se em 10 secções, incluindo uma panorâmica do quadro conceptual do projecto, um resumo dos sucessos nas 4 áreas de objectivos do projecto e mais 2 secções sobre os componentes de pesquisa, monitoria e avaliação do projecto, bem como uma conclusão resumindo os elementos chave do documento global.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

2. A Violência Contra a Rapariga na Escola

“A **violência ou o medo da violência** é um motivo importante para as raparigas não irem à escola. Além de ser por si mesma uma infracção aos direitos das raparigas, a violência também lhes nega o direito à educação” *ActionAid 2004*

Em 2004, como parte do seu programa de educação mais abrangente, a ActionAid fez uma análise detalhada da educação das raparigas em 12 países diferentes de África, da Ásia e da América Latina e concluiu que a violência e o receio da violência eram dos principais factores que impediam as raparigas de frequentar a escola e concluir a sua educação. A pesquisa revelou que independentemente da sua idade, raça, classe, casta ou localização, as raparigas eram vulneráveis a muitas formas de violência, incluindo violação, assédio sexual, intimidação, troça e ameaças, enquanto factores como pobreza, guerra e longas distância a percorrer até à escola aumentavam os riscos. (ActionAid, 2004).



A prevalência da violência contra as raparigas está profundamente enraizada nos padrões de discriminação de género que prevalecem nas sociedades dominadas pelos homens, onde a violência é usada, consciente ou inconscientemente, como meio de impor o poder masculino sobre as mulheres e as raparigas, e que se torna normalizada como parte inevitável das experiências de vida das raparigas. Na Etiópia, por exemplo, o estudo da ActionAid concluiu que cerca de 93% dos alunos do sexo masculino que responderam ao inquérito admitiu saber que a violência contra as mulheres é um crime punível por lei. No entanto, cerca de 33% pensava que era aceitável que os homens conseguissem o que queriam por persuasão ou pela força, e cerca de 21% admitiu já ter agido dessa forma. O impacto da violência na educação das raparigas é significativo, e as conclusões demonstraram que os seus efeitos se manifestavam em baixas taxas de matrícula, fraco rendimento escolar, altas taxas de abandono, gravidez e casamento prematuros e trauma psicológico (ActionAid 2004).

Embora a pesquisa inicial da ActionAid se centrasse em 12 países, a nível global existe hoje o reconhecimento generalizado da dimensão do problema da violência de género contra as mulheres e as raparigas, e o impacto que ela tem na sua capacidade de desfrutar dos seus direitos e liberdades, incluindo o direito à educação.

Dados recentes compilados pelo Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental, por exemplo, mostram que, globalmente, 60 milhões de raparigas sofrem agressões sexuais na escola ou a caminho da escola, e, em certas partes do mundo, uma rapariga tem mais probabilidades de ser violada do que de aprender a ler (UNRIC, 2012). Em 2011 os castigos físicos foram

considerados ilegais em 117 países, mas muitos têm ainda de implementar as reformas relevantes a nível da escola, onde as pancadas e vergastadas continuam a ser impunemente usados à laia de "disciplina" (Plan, 2013). Além disso, práticas tradicionais nocivas, como o casamento prematuro, contribuem para privar as raparigas da sua infância e educação. A nível mundial, estima-se que 60 milhões de raparigas sejam noivas-criança, incluindo mais de 14 milhões na África Subsaariana (UNRIC, 2012).

A ActionAid crê que a violência contra as raparigas na escola e áreas adjacentes, se não for combatida, irá impedir a consecução da educação primária universal e a eliminação das disparidades de género na educação, e terá um impacto significativo no cumprimento dos objectivos de desenvolvimento humano a nível global.

As conclusões da pesquisa acima destacadas levaram a organização a lançar uma campanha global contra a violência contra a rapariga na escola em mais de 15 países, incluindo a integração de estratégias programáticas específicas para combater o problema a nível nacional. Como parte deste processo, a ActionAid iniciou um ambicioso projecto pluri-nacional intitulado **Fim à Violência Contra a Rapariga na Escola**, que procurou combater as causas e consequências da violência contra as raparigas em três países africanos.



3. O projecto Fim à Violência Contra a Rapariga na Escola

“Ao colocar as raparigas no cerne do projecto... as equipas do projecto asseguraram que a voz e as preocupações das raparigas fossem ouvidas por um amplo leque de intervenientes, incluindo decisores de alto nível.”

O projecto Fim à Violência Contra a Rapariga na Escola foi uma iniciativa quinquenal, que decorreu de 2008 a 2013, e que foi implementada simultaneamente no Gana, no Quénia e em Moçambique com o apoio de uma generosa doação do Big Lottery Fund do Reino Unido.

O objectivo geral do projecto era **empoderar as raparigas para desfrutarem do direito à educação e participação num ambiente livre de violência**. Apesar das diferenças políticas e contextuais, os três países participantes partilharam abordagens estratégicas gerais e trabalharam para a consecução de quatro objectivos comuns, para assegurar os seguintes resultados no fim do ciclo de vida do projecto:

1 - A existência e implementação a todos os níveis nos três países de um quadro legal e de políticas abordando especificamente a violência contra a rapariga na escola

2 - A redução em 50% da violência contra a rapariga perpetrada por familiares, professores e pares nos distritos intervencionados em comparação com as estatísticas de base

3 - O aumento em 22% das matrículas de raparigas, a diminuição em 20% da taxa de abandono escolar das raparigas e a realização de progressos substanciais no sentido da paridade de género no ensino nos distritos intervencionados

4 - A existência de um total de 14 000 raparigas nos distritos intervencionados com autoconfiança suficiente para desafiar a cultura de violência dentro e fora da escola, notificar incidentes e criar redes de apoio entre os pares

A teoria da mudança assente em direitos humanos defendida pela ActionAid, gira em torno de três eixos principais: empoderamento, solidariedade e realização de campanhas, visando alcançar uma mudança sustentável “que ligue grupos locais a movimentos mais amplos, reúna evidências fiáveis, promova análises de políticas, realize campanhas e utilize meios de comunicação de massas” (ActionAid, 2011). Esta abordagem empodera os titulares de direitos, gera solidariedade e faz campanha para que os principais responsáveis prestem contas aos cidadãos. Procura também permitir que a voz dos mais marginalizados, em especial das raparigas e das mulheres, seja parte integrante da tomada de decisões.

Esta orientação estratégica assente nos direitos humanos reflectiu-se na concepção do projecto, que recorreu a pesquisa, iniciativas comunitárias e advocacia como base da sua abordagem geral, e foi implementada em parceria com diversas instituições nacionais, desde organizações comunitárias a institutos de pesquisa, universidades, coligações de campanha, organizações de advocacia e redes de direitos das crianças nos três países.

Para além da ActionAid Internacional e da ActionAid de cada país, os principais parceiros executores neste projecto foram a *Ghana National Campaign Coalition* e a *Songtaba* no Gana, a Universidade Católica da África Oriental, a *Own&Associates* e a *Girl Child Network* no Quénia, e a AMUDEIA, o Movimento de Educação para Todos, e a Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique. A nível internacional o projecto também trabalhou com o

Instituto de Educação da Universidade de Londres, cujo papel foi o de supervisionar e coordenar a componente de pesquisa do projecto.

O projecto visava beneficiar um total de 14 000 raparigas em 45 escolas primárias nos três países, e, enquanto as iniciativas comunitárias e de pesquisa foram implementadas localmente nas áreas alvo (Bimbilla na Região Norte do Gana, o distrito de Manhiça na província de Maputo em Moçambique e Wenje na Província Costeira do Quénia) a advocacia tinha um âmbito e impacto ao nível nacional.

No geral, as três componentes do projecto (advocacia, iniciativas comunitárias e pesquisa) colaboraram de modo holístico para a consecução dos objectivos, simultaneamente apoiando e sendo apoiadas pelas outras componentes, a fim de alcançar mudanças para as raparigas.

Ao reunir um valioso corpo de dados de escolas e comunidades nas áreas de intervenção, os institutos de pesquisa proporcionaram às comunidades e aos parceiros da advocacia um manancial de evidências para fundamentar as estratégias programáticas e exigir mudanças específicas nas políticas e práticas ao nível local e nacional.

Por seu lado, os parceiros de advocacia ajudaram a sensibilizar o público para a questão, divulgando as conclusões da pesquisa através dos meios de comunicação nacionais e em fóruns de alto nível, apelando para mudanças em larga escala que beneficiariam as crianças em todo o país.

Entretanto, os parceiros comunitários trabalharam incansavelmente para mobilizar pais, professores, crianças e líderes locais para essas questões, estimulando mudanças de conhecimento, atitudes e práticas e apoiando-os para exigir o cumprimento do direito das raparigas à educação, protecção e participação.

Ao longo desse processo, a participação das raparigas foi crucial para a consecução dos quatro objectivos, e as equipas do projecto asseguraram que a intervenção e o empoderamento das raparigas fossem devidamente reconhecidos e promovidos em todas as fases e níveis de implementação nos três países.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

Ao colocar as raparigas no centro do projecto, dando-lhes a oportunidade de expressar as suas opiniões no contexto de iniciativas na comunidade dentro e fora da escola e de partilhar as suas experiências com as equipas de pesquisa, e ao facilitar o seu envolvimento nas actividades de advocacia e nas campanhas a nível local e nacional, as equipas do projecto conseguiram assegurar que a voz das raparigas e as suas preocupações fossem ouvidas por um amplo leque de intervenientes, incluindo decisores de alto nível.

Esta abordagem integrada e holística, que deu prioridade ao empoderamento das raparigas, produziu um estimulante corpo de pesquisa relativamente às causas e efeitos da violência contra as raparigas e do impacto na sua educação, que foi usado para influenciar com sucesso a advocacia a nível nacional e internacional. Também gerou um manancial de informação sobre estratégias programáticas que promovam efectivamente a educação, protecção e participação das raparigas em diferentes contextos, e fê-lo ouvindo e interagindo com as raparigas em todas as fases do processo.

Definir a Violência Contra a Rapariga

As Nações Unidas definem violência contra as mulheres nos seguintes termos:

“qualquer acto de violência baseado no género do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais actos, a coacção ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada. A violência contra as mulheres abrange os seguintes actos, embora não se limite aos mesmos: (a) violência física, sexual e psicológica ocorrida no seio da família, incluindo os maus tratos, o abuso sexual das crianças do sexo feminino no lar, a violência relacionada com o dote, a violação conjugal, a mutilação genital feminina e outras práticas tradicionais nocivas para as mulheres, os actos de violência praticados por outros membros da família e a violência relacionada com a exploração; (b) violência física, sexual e psicológica praticada na comunidade em geral, incluindo a violação, o abuso sexual, o assédio e a intimidação sexuais no local de trabalho, nas instituições educativas e em outros locais, o tráfico de mulheres e a prostituição forçada; (c) violência física, sexual e psicológica praticada ou tolerada pelo Estado, onde quer que ocorra.”

(Resolução da Assembleia Geral 48/104 *Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres*, 1993).

Dada a ausência de uma definição específica de menores, assume-se que a definição acima indicada se refere a mulheres de qualquer idade, incluindo raparigas, e serviu de referência para o projecto durante todo o seu ciclo de vida.

Embora os termos “violência baseada no género”, “violência contra as mulheres” e “violência contra raparigas” sejam frequentemente usados com o mesmo significado, violência baseada no género refere-se à violência dirigida contra uma pessoa devido ao seu género e às expectativas quanto ao seu papel numa sociedade ou cultura (UNWomen, 2012).

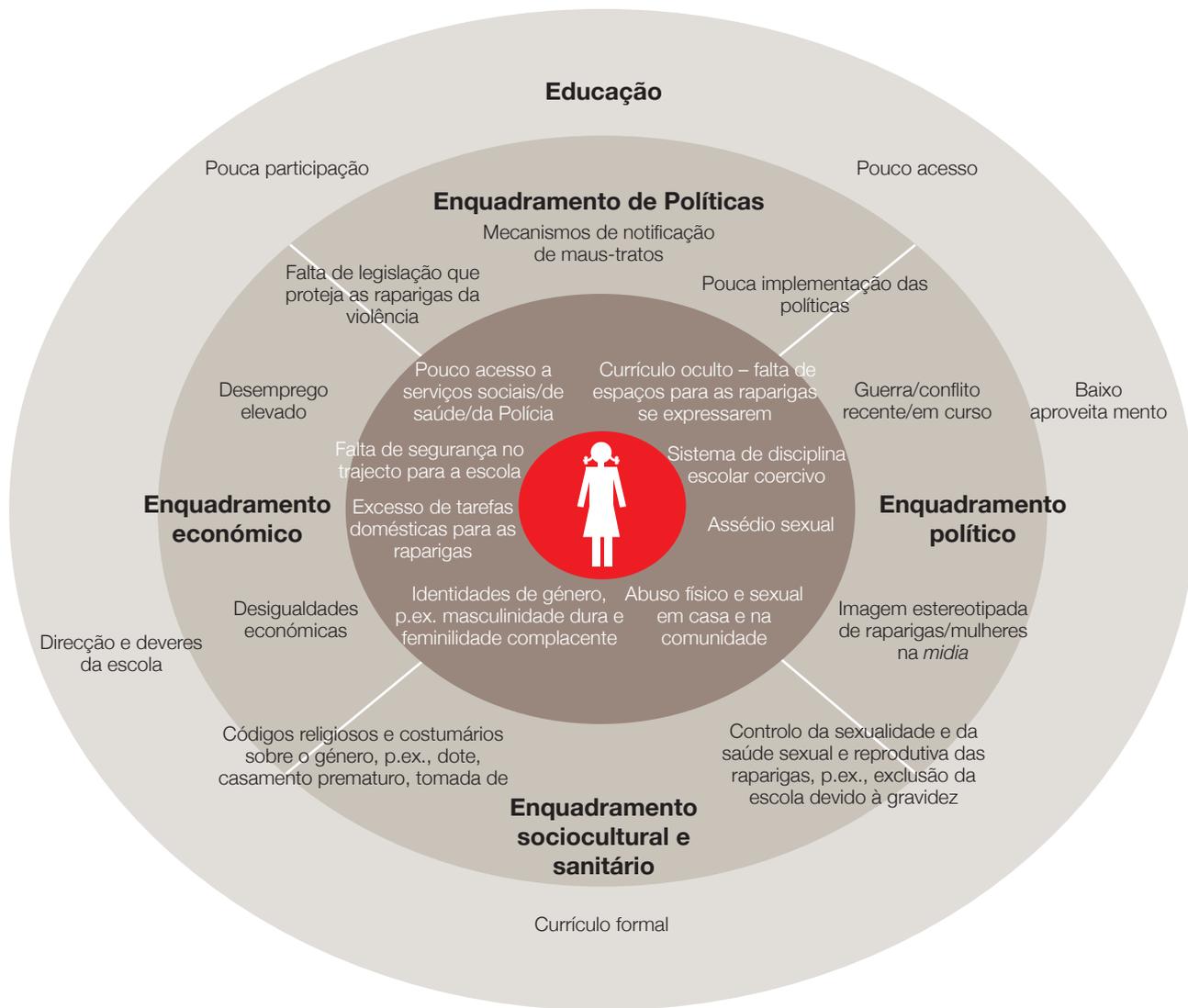
Sendo importante notar que os homens e rapazes também sofrem várias formas de violência de género, dado os números exagerados de vítimas do sexo feminino e o facto de o interesse primário deste projecto incidir nas experiências das raparigas, as equipas do projecto empregaram o termo Violência Contra a Rapariga.

Colocar as Raparigas no Centro

A ActionAid crê que a violência contra a rapariga (VAG), e a ameaça de actos de violência, exercida por indivíduos, comunidades e instituições tanto por meios formais como informais, viola os direitos humanos da rapariga, constrange as suas escolhas e acções e tem um impacto negativo na sua capacidade de participar, contribuir e beneficiar do desenvolvimento (ActionAid, 2012).

Assim sendo, para além definições acima referidas, e a fim de permitir entender a natureza complexa da violência contra as raparigas e ilustrar o modo como se perpetuam as desigualdades que estão na raiz de padrões repetidos de violência e discriminação que mantêm as raparigas num papel submisso, a equipa do projecto desenvolveu um Quadro Conceptual, ilustrado abaixo.

Quadro conceptual do projecto de violência contra a rapariga.



Este diagrama foi desenhado para representar as três principais esferas (educação, sociocultural e sanitária, e económica e política) que interagem para criar as condições em que as raparigas vivenciam várias formas de violência na escola. As raparigas encontram-se situadas no centro da esfera, uma vez que a violência é vista como relacional. Os exemplos de actos de violência e de condições que favorecem a violência são retratados no interior dos círculos, consoante a “distância” a que estão da rapariga (i.e. o ambiente institucional no exterior e as interações quotidianas por que as raparigas passam mais perto do meio). As relações desiguais de poder baseadas no género, na idade e no contexto sociocultural

estão no centro deste quadro de violência contra a rapariga na escola (Figue et al, 2010).

No cerne das preocupações do projecto encontram-se o empoderamento, a opinião e a acção das raparigas na escola e no que a rodeia. O projecto visou compreender as condições e relações sociais que constroem as raparigas, sem descuidar a compreensão dos processos pelos quais melhoram a capacidade de defender a própria segurança e integridade física, e, de modo geral, reivindicar direitos e dignidade humana, concluir a escolaridade e trabalhar para transformar estruturas injustas (Figue et al, 2010).

O Quadro Conceptual concebe violência não apenas como actos violentos retirados do contexto social, mas embutidos nas práticas e estruturas institucionais. Centra-se na origem da violência. O projecto entende, assim, que violência tanto são actos de violência física, psicológica e sexual, (incluindo mas não se limitando a violação, agressão sexual, espancamentos, vergastadas e troças) como a discriminação de género que existe nas instituições sociais e políticas e se manifesta sob a forma de leis, conteúdo curricular e medidas que discriminam as raparigas. Ambas as formas de violência restringem o acesso das raparigas à educação e a sua participação em condições de igualdade.

Em conformidade com a teoria de mudança inerente a este quadro, são necessárias intervenções a todos os níveis para questionar a violência contra a rapariga. Por outras palavras, para reduzir os actos de violência, é crucial abordar as relações quotidianas das raparigas na escola, na família e na comunidade, bem como as instituições e estruturas educativas, económicas, socioculturais, sanitárias, políticas e jurídicas.

O Quadro Conceptual serviu para apoiar a abordagem holística do projecto que combinou pesquisa, envolvimento da comunidade e advocacia a

nível comunitário, nacional e internacional. Ao gerar uma base de evidências fiáveis sobre a natureza e a dimensão do problema e ao exigir mudanças nas políticas e nas práticas em colaboração com as raparigas e suas comunidades, o projecto procurou desafiar normas e sistemas discriminatórios e incentivar mudanças positivas e duradouras.

Para além disso, subseqüentemente este Quadro também acrescentou valor ao trabalho da equipa de educação e juventude da ActionAid International, orientando a concepção e conceptualização de outras iniciativas programáticas.

O projecto trabalhou a múltiplos níveis para combater a violência contra a rapariga na escola ao longo dos últimos cinco anos, e embora seja importante reconhecer que existem vários factores que influenciam a mudança, incluindo muitos que estão para lá do âmbito deste projecto, as seguintes secções do presente documento procuram esboçar algumas das intervenções mais bem-sucedidas e destacar algumas das principais mudanças alcançadas. Esperamos que esta informação sirva para orientar e inspirar outros profissionais que trabalham em questões relacionadas com o direito das raparigas à educação e à protecção em África e noutros pontos.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

4. Criar dinâmica para a educação das raparigas: aumentar a matrícula e a retenção e fazer progressos na paridade de género

“Como vêm, ultimamente a comunidade reconhece o valor da educação das raparigas... É como se tivessem acordado de um sono muito profundo.” *Head teacher*

Os governos do Gana, Quênia e Moçambique comprometeram-se a alcançar a paridade de género em todos os níveis de ensino, como evidenciado na prioridade atribuída à paridade de género nas respectivas estratégias nacionais para a educação e na implementação de medidas específicas para promover a educação das raparigas.

Actualmente, os três países apresentam resultados significativamente superiores à média da África Subsaariana em termos do ingresso das raparigas na escola e, de facto, o Gana e o Quênia já alcançaram nominalmente a paridade de género na matrícula no ensino primário a nível nacional. Todavia, existem ainda lacunas, e estas médias nacionais animadoras escondem disparidades internas significativas. Por exemplo, dados da UNICEF revelam que no Gana, as raparigas dos agregados mais pobres na Região Norte, onde o projecto foi implementado, têm quase o triplo da probabilidade de não ir à escola do que a média nacional (UNICEF, 2010) enquanto no Quênia persiste a falta de equidade de género, particularmente nas províncias do norte e do nordeste (UNESCO 2012) tal como naquelas onde o projecto foi implementado.

Reconhecendo estas questões, um dos quatro objectivos chave do projecto consistia em **aumentar a matrícula das raparigas em 22%, reduzir as taxas de abandono escolar em 20% e fazer progressos na paridade de género na educação nos distritos intervencionados.** A equipa do projecto produziu um corpo significativo de trabalho a fim de alcançar este objectivo, o que requereu uma compreensão adequada dos factores que impedem as raparigas de aceder ao ensino e concluir a sua escolaridade, bem como a capacidade de trabalhar com diversos intervenientes ao nível local e nacional.

A pesquisa de base efectuada simultaneamente nos três países revelou que as raparigas enfrentam muitas barreiras à conclusão da escolaridade, estando as principais directamente ligadas aos papéis de género (tarefas domésticas, tomar conta dos irmãos), pobreza (incapacidade de os pais pagarem as propinas escolares, necessidade de trabalhar no campo) e questões relacionadas com a sexualidade e a violência de género (gravidez e casamento prematuro). Além disso, o assédio sexual, os maus-tratos e os castigos na escola foram citados tanto em Moçambique como no Quênia (Parkes & Heslop, 2011).

Ultrapassar estas barreiras exigiu o envolvimento com vários intervenientes incluindo pais, líderes comunitários, professores, estruturas de gestão da escola e autoridades da educação, bem como com as raparigas e os próprios rapazes para garantir o reconhecimento geral do direito das raparigas à educação e à protecção e o respeito desses direitos em casa, na escola e na comunidade. Algumas das estratégias mais eficazes adoptadas pelo projecto para combater a discriminação e a violência contra as raparigas e promover o seu ingresso e retenção na escola são traçadas abaixo.

Trabalhar com os pais

As conclusões da pesquisa revelaram que as tarefas domésticas como limpar, ir buscar lenha e água, cozinhar, tomar conta dos irmãos mais novos e ajudar a vender no mercado são geralmente vistas como o papel “natural” das raparigas, preparando-as para a vida de casada (Parkes & Heslop, 2011). No

entanto, essas tarefas também limitam as oportunidades de as raparigas estudarem e constituem um dos principais factores que as impedem de iniciar ou concluir a sua escolaridade. O projecto trabalhou directamente com pais e tutores nos três países empregando várias abordagens para combater atitudes e práticas que limitam as oportunidades educacionais das raparigas.

Estudo de Caso 1: Peer Parent Educators do Gana

Estabelecido em cada uma das 13 comunidades intervencionadas do Gana, os *Peer Parent Educators* são equipas de cinco voluntários com um forte compromisso com a educação das raparigas. Depois de receberem formação da equipa do projecto sobre o direito das raparigas à educação e à protecção, as equipas dos *Peer Parent Educators* organizaram eventos de divulgação usando abordagens localmente relevantes como o teatro de rua e as visitas porta-a-porta, com a missão de sensibilizar os outros pais para os direitos das raparigas e apoiar o regresso e a retenção das raparigas na escola. Em muitos casos raparigas e rapazes das escolas intervencionadas pelo projecto juntaram-se a eles.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

Em 2011, um grupo de *Peer Parent Educators* organizou um evento no movimentado mercado de Bimbilla para sensibilizar pais e comerciantes, incluindo as próprias raparigas, para a importância da educação das raparigas. Um total de 95 pessoas, incluindo 30 alunas e 65 *Peer Parent Educators* participou no trabalho de divulgação e, como resultado directo dessa actividade, sete raparigas regressaram imediatamente à escola e os representantes dos *Peer Parent Educators* receberam mais de 20 telefonemas a pedir que a campanha de divulgação fosse intensificada e alargada às comunidades vizinhas. A actividade reforçou igualmente a determinação dos *Peer Parent Educators* em prosseguir com o seu trabalho.

“Tenho de admitir que subestimei o nosso trabalho como Peer Parent Educators neste projecto. Contudo, a minha percepção mudou completamente depois da acção de sensibilização de hoje no mercado. Foi assustador ver por mim próprio cerca de vinte raparigas fora da escola durante o programa de sensibilização. Penso que este exercício foi muito útil e nos despertou para a necessidade de intensificar a nossa acção de educação e as visitas a estas pobres raparigas que não vão à escola devido à preferência dos pais pela educação dos rapazes em detrimento da educação das raparigas”. (Membro da equipa de *Peer Parent Educators*, Dangba).

Para lá das actividades de divulgação e sensibilização, os *Peer Parent Educators* também prestam orientação no domicílio às raparigas que desejam voltar à escola, beneficiar de apoio à infância ou evitar um casamento prematuro. Através da manutenção de relações de confiança com pais e filhos, e da negociação com os pais para permitir que as filhas voltem à escola, os *Peer Parent Educators* desempenharam um papel chave na materialização do direito das raparigas à educação e à justiça.

Estas actividades, que tiveram lugar no período de implementação do projecto, foram eficazes na mudança de atitudes e práticas respeitantes à educação das raparigas e um total de 55 raparigas fora da escola voltou a estudar no distrito em resultado da actuação dos *Peer Parent Educators*. Além disso, a pesquisa final empreendida em 2013 demonstrou que as raparigas atribuíam directamente a redução das tarefas domésticas, o que lhes permitiu ter mais tempo para estudar:

“Em casa, tenho tempo suficiente para estudar. As minhas tarefas domésticas foram também reduzidas. Os meus irmãos vão buscar água de bicicleta, eu cozinho e a minha irmã mais nova lava a loiça. Não faço muito trabalho. Isto em resultado das nossas actividades com a Songtaba. Eles sensibilizaram o nosso povo para os reveses na educação das raparigas.”

(Rapariga de 16 anos, Gana)



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

Estudo de Caso 2: Os Círculos Reflect Circles apoiam as raparigas a voltar à escola em Moçambique

Em Moçambique em média 45% dos adultos são analfabetos (UNESCO, 2012) e o projecto desenvolveu várias actividades dirigidas aos pais e tutores. Uma das mais principais foi a dos Círculos REFLECT, que deram aos adultos a oportunidade de se reunirem e adquirirem competências em literacia e numeracia, enquanto debatiam, hierarquizavam e identificavam soluções para problemas chave da comunidade.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

No contexto do projecto, estes círculos desempenharam também um papel fundamental ao sensibilizar os adultos para as barreiras à educação das raparigas e para as causas do abandono escolar, encorajando-os também a trabalhar em conjunto para identificar formas de apoiar o regresso e retenção das raparigas na escola.

Uma das formas em que tal foi feito consistiu na criação de sub-grupos de membros dos círculos REFLECT interessados em apoiar as raparigas fora da escola nas suas diferentes comunidades. Esses membros deram orientação às raparigas, ajudando muitas delas a voltar ao ensino formal. Os Círculos REFLECT receberam também pequenos subsídios para estabelecer actividades geradoras de renda, como o fabrico de tijolos e a criação de aves de capoeira, a fim de atenuar o risco de as raparigas abandonarem a escola para complementar a renda familiar com trabalho agrícola ou doméstico. Em resultado, em Moçambique um total de 54 raparigas voltou à escola nas áreas do projecto e a atitude parental face à educação das raparigas sofreu também transformações significativas nesse processo:

“Graças ao projecto vejo mudanças reais na minha vida pessoal e na minha família, bem como na comunidade em geral e na escola. Antes de fazer formação como facilitador do REFLECT tenho de admitir que de alguma forma as discriminava (as minhas filhas); não as tratava como se tivessem os mesmos direitos que os rapazes. De facto, punha sempre os meus filhos em primeiro lugar, como se eles fossem mais merecedores do que as raparigas. É assim que as coisas são por aqui...”

Graças à formação que recebemos, vi mudanças em mim próprio. Até me ofereci para ser facilitador do REFLECT, para também poder ajudar outros pais e tutores. O meu grupo fez palestras de sensibilização sobre os direitos humanos, os direitos das crianças e a violência contra as raparigas. Trabalhámos com as comunidades para podermos abranger os pais que não participam nas actividades dos círculos REFLECT, para que adiram ao grupo e juntem as suas forças às nossas. Também encorajamos os membros da comunidade a ajudar as raparigas que abandonaram a escola a voltar às aulas.”

(Pai e facilitador do círculo REFLECT, Moçambique)

O facto de muitos membros dos círculos REFLECT serem também membros dos Comités locais de Gestão Escolar ajudou o projecto a estabelecer elos visíveis entre a escola e a comunidade em questões relacionadas com o direito das raparigas à educação e à protecção contra a violência.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

Reflect

O Reflect é uma abordagem inovadora à aprendizagem de adultos e à mudança social, que funde as teorias de Paulo Freire com as metodologias da avaliação participativa rural. Desenvolvida originalmente em projectos piloto no Bangladesh, em El Salvador e no Uganda entre 1993 e 1995, a Reflect é hoje usada por mais de 500 organizações em cerca de 70 países a nível mundial.

O Reflect oferece um espaço democrático contínuo para grupos de pessoas se encontrarem e debaterem questões que considerem relevantes. São os participantes quem escolhem os tópicos, segundo as próprias prioridades e apoiados por um facilitador local. Decidem também onde e quando se vão encontrar.

Apoiando a abordagem está um enorme (e sempre crescente) leque de métodos participativos. Entre estes destacam-se gráficos como calendários, mapas, matrizes, rios e árvores, que permitem aos participantes comunicar os seus conhecimentos, experiências e sentimentos sem ficarem restringidos pelas barreiras da literacia e da língua. A dramatização, a narração de histórias e as canções são também utilizadas para identificar e analisar questões sociais, económicas, culturais e políticas. Neste processo, o desenvolvimento da literacia e de outras competências comunicativas está estreitamente ligado com o envolvimento das pessoas em processos mais latos de desenvolvimento e mudança social. Para mais informações consulte: <http://www.reflect-action.org/>

Trabalhar com rapazes e raparigas

.....

A criação de clubes de raparigas e rapazes em escolas e comunidades do projecto no Gana, Moçambique e Quênia foi uma parte fundamental das actividades do projecto e serviu para empoderar as crianças e os jovens com informação sobre os seus direitos e provocar mudanças positivas nas suas comunidades. Em cada país, os membros dos clubes conseguiram tomar medidas concretas para aumentar a sensibilização para o direito das raparigas à educação e à protecção contra a violência e apoiar os seus colegas fora da escola a retomar os estudos.



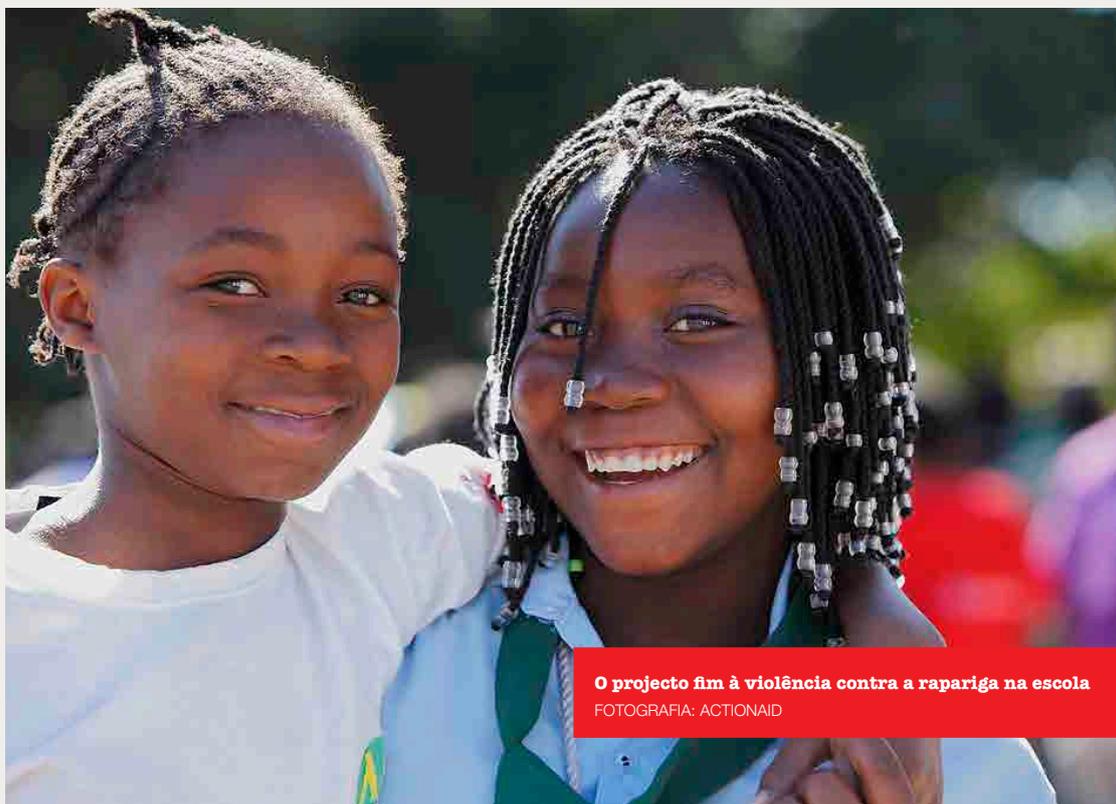
O projecto fim à violência contra a rapariga na escola

FOTOGRAFIA: ACTIONAID

Estudo de Caso 3: Pressão positiva dos pares no Gana.

Nos três países, a gravidez foi apontada como uma das principais razões para a elevada taxa de abandono escolar por parte das raparigas. No Quênia e no Gana, em particular, a gravidez estava também ligada ao casamento infantil (Parkes & Heslop, 2011). A fim de combater este problema, no Gana os membros do clube das raparigas nas escolas do projecto organizaram uma série de eventos de sensibilização ao nível da comunidade para divulgar informação sobre as políticas existentes que apoiam o direito à educação das raparigas grávidas e das jovens mães:

“Os meus pais obrigaram-me a fazer um casamento prematuro quando estava na 6ª classe. Tive que parar de estudar quando estava grávida de três meses. Tive o bebé e decidi ficar em casa porque pensei que a escola não me aceitaria de volta, e, mesmo que aceitasse, achei que os outros alunos iam fazer troça de mim. Mas depois ouvi raparigas da escola a tocar tambor e a dançar na rua, encorajando as raparigas que tinham deixado de estudar por estarem grávidas a voltar à escola. Fiquei surpreendida porque pensava que quando uma rapariga tinha um bebé não era aceite novamente na escola. Nesse mesmo dia fui falar com a mentora do Clube de Raparigas Chamba que me disse do Serviço de Educação do Gana tem a política de aceitar as raparigas que deixaram a escola devido à gravidez. Não foi fácil convencer os meus pais, mas com persistência e as visitas dos Peer Parents Educators e dos mentores, acabaram por concordar. Estou actualmente na 7ª classe com todo o apoio dos meus pais. Se não fosse o Clube das Raparigas não teria voltado à escola”
(Aluna, Gana)



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

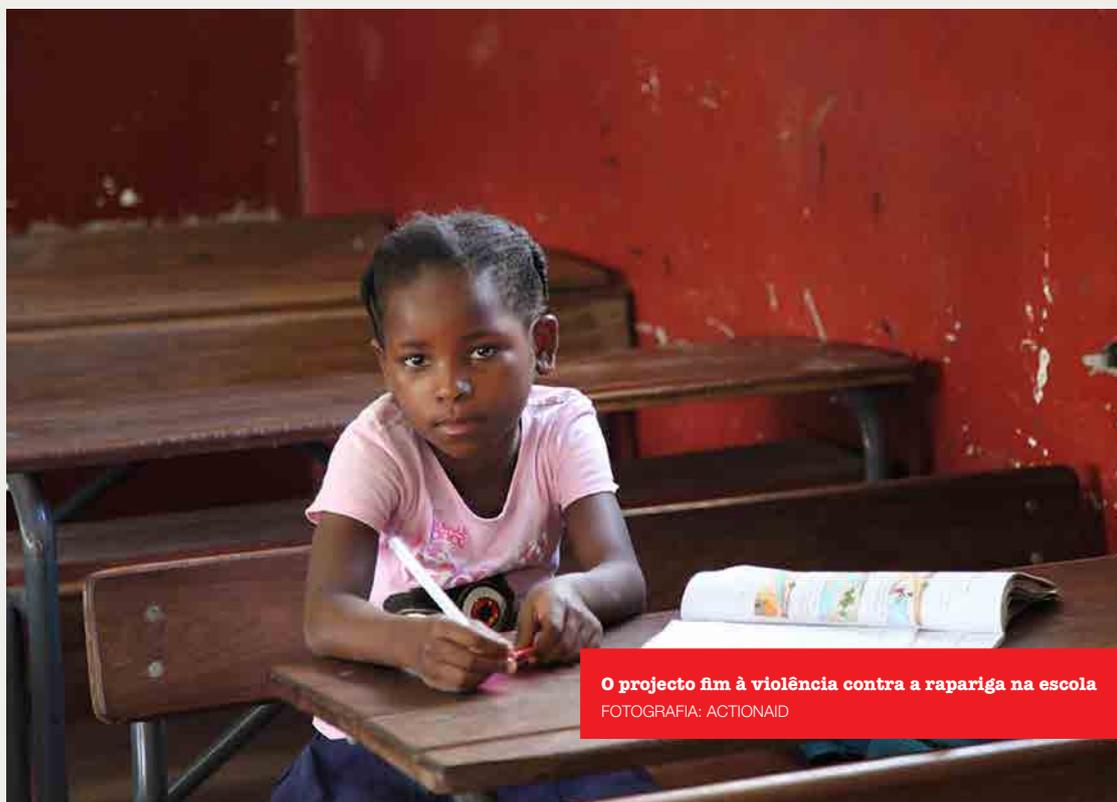
Estudo de Caso 4: Persuasão amigável em Moçambique

Os Clubes de Raparigas em Moçambique tiveram também um papel dinâmico na sensibilização para o direito das raparigas à educação, encorajando os seus pares a compreender o valor do ensino e ao adiarem o casamento e a maternidade:

“Graças às actividades do nosso clube, conseguimos persuadir a Cremilda a voltar à escola. A Cremilda tinha 16 anos de idade e frequentava a 5ª classe mas deixou de estudar porque a cunhada a obrigou a ir trabalhar nos campos de batata, dizendo que ela não tinha tempo para estudos. Assim, fomos falar com ela para a convencer a voltar à escola. Dissemos-lhe que o casamento nem sempre é para toda a vida e que ela também se arriscava a engravidar muito cedo, portanto, se queria ter um futuro e fazer algo da sua vida, devia concentrar-se nos estudos. Agora a Cremilda voltou à escola, graças ao trabalho do clube.

(Membro do clube das raparigas, Moçambique)

Dado que a pobreza é um dos principais factores que impede as raparigas de prosseguir os estudos, no seguimento de formação em artesanato pela equipa do projecto, as raparigas membros do clube utilizaram os fundos angariados com a venda de bonitos sapatos feitos à mão, doces e bijuteria para adquirir material escolar para as raparigas mais vulneráveis ao abandono escolar.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

Reforçar as estruturas comunitárias para promover apoio a longo prazo para a educação das raparigas

Desde o início o projecto procurou estabelecer relações sólidas com membros da comunidade, incluindo pais, professores, membros dos Comités de Gestão Escolar e líderes locais, e também reforçar

os elos entre escolas e autoridades educativas. Esta abordagem serviu para os sensibilizar para as questões relacionadas com a educação e a protecção das raparigas e também contribuiu para a apropriação e aceitação generalizada das metas e objectivos do projecto, base da sustentabilidade de intervenções chave para promover a educação das raparigas a longo prazo..

Estudo de Caso 5: Reforçar a sustentabilidade

No Quénia, no distrito intervencionado, o projecto apoiou o estabelecimento do Comité de Educação de Zona, uma estrutura comunitária que desempenhou um papel chave na implementação do projecto. A composição dessa estrutura, que inclui o Director da Educação da Área, um membro do Comité de Gestão Escolar, um membro da Associação de Pais, um representante do Agrupamento para a Violência de Género e um membro do Comité de Utilizadores do Tribunal garante uma ligação e comunicação eficazes entre as autoridades locais da educação, as escolas e os membros da comunidade.

O Comité esteve envolvido no projecto desde o seu início, e, para além das acções de sensibilização para o direito das raparigas à educação e à protecção contra a violência, também criou o seu próprio fundo educativo e levou a cabo iniciativas para angariar fundos para apoiar a transição das raparigas pobres do ensino primário para o secundário.

O Comité compromete-se também a desempenhar um papel chave na manutenção de várias actividades do projecto quando o financiamento chegar ao fim. Ao fazer a ligação com as escolas para garantir que os clubes de raparigas estão activos, que as madrinhas e padrinhos dos clubes têm formação, que é dada formação aos novos membros da direcção da escola sobre protecção infantil e que existem registos escolares dos casos de violência contra raparigas, o Comité ajuda a garantir condições fundamentais para a promoção do acesso e retenção das raparigas na escola.

“Criámos um fundo para a educação das nossas raparigas. Fizemos parcerias com todos os líderes comunitários para sensibilizar a comunidade para acabar com a violência contra as raparigas. Estamos gratos (ao projecto) e não vamos deixar a campanha parar. O projecto levou ao aumento da matrícula e retenção das raparigas na escola até à 8ª classe e à sua transição para o ensino secundário, como é patente no número de raparigas nas escolas secundárias de Wenje.”

(Presidente do Comité Educativo de Zona)



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola

FOTOGRAFIA: ACTIONAID

Os exemplos apresentados acima demonstram a importância do envolvimento efectivo com um amplo leque de intervenientes nas escolas e comunidades, incluindo pais, comités de gestão escolar, autoridades locais e as próprias raparigas, de forma a abordar com sucesso algumas das causas subjacentes à discriminação de género e às barreiras à matrícula e retenção das raparigas.

Embora não possamos atribuir todas as mudanças na matrícula e retenção apenas às intervenções do projecto, os dados finais da pesquisa mostram que a matrícula de raparigas nas escolas intervencionadas aumentou em 10% em Moçambique, 17% no Quénia e 14% no Gana desde o início do projecto. Apesar de iniciativas governamentais como a escola gratuita, a alimentação escolar e o apoio financeiro terem sido críticas para tal, no final do projecto muitos respondentes reconheceram abertamente o impacto das próprias actividades do projecto (Parkes & Heslop, 2013):

“Como vêem, ultimamente a comunidade reconhece o valor da educação das raparigas. Mas lembrem-se que o grupo da ActionAid tem feito muito nesta área, encorajando os pais a levar as raparigas à escola. A ActionAid tem aberto os olhos às raparigas. É como se tivessem acordado de um sono muito profundo.” (Director escolar, Quénia)

Globalmente, o êxito do projecto no aumento da matrícula das raparigas foi amplamente reconhecido, e, nos três países, intervenções localizadas integradas num esforço mais amplo para a educação das raparigas parecem ter propiciado uma mudança nas normas de género. Além disso, enquanto que em 2008, houve uma descida acentuada nas raparigas matriculadas nos últimos anos da escolaridade, no Quénia, esta situação foi consideravelmente revertida e a paridade de género na 8ª classe passou de 0,48 em 2008 para 0,87 em 2013. Também no Gana, a matrícula das raparigas nos anos finais aumentou e actualmente existe paridade de género no último ano do ensino primário (Parkes & Heslop, 2013).

“Optei por voltar à escola após ter estado fora da escola por um ano. Deixei a escola para ir trabalhar como empregada doméstica, mas a vida fora da escola era muito difícil. A orientação e aconselhamento proporcionados pela ActionAid Quénia ajudou-me a ver quem sou e a ver que poderia receber muito apoio dos meus colegas. Hoje as pessoas da minha comunidade respeitam-me porque estou na 8ª classe. O meu sonho é vir a ser agente comunitária para defender o fim da Mutilação Genital Feminina.” (Rapariga, Quénia)



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola

FOTOGRAFIA: ACTIONAID

5. As raparigas no cerne: capacitar as raparigas para acção

“Isso aumentou realmente a minha autoconfiança” disse ela, “porque agora sei que consigo levantar-me e falar em frente a muita gente.” *Membro do clube das raparigas*

Um dos principais objectivos do projecto consistia em **aumentar visivelmente a autoconfiança das raparigas para desafiar a cultura de violência dentro e fora da escola, notificar incidentes e estabelecer redes de apoio entre colegas**. Para tal, era fundamental providenciar espaços seguros e solidários onde as raparigas se pudessem encontrar com pares e adultos de confiança para aceder à informação e partilhar experiências.

Para além de criar clubes de raparigas para raparigas dentro e fora da escola nos três países, as equipas do projecto também criaram oportunidades para que as raparigas se encontrassem com decisores e responsáveis pelas políticas a todos os níveis, falassem com os meios de comunicação e tomassem parte nas campanhas e na advocacia. Também trabalharam com pais, professores e comités de gestão escolar, sensibilizando para os direitos das raparigas, particularmente o direito à participação, e ajudaram a criar um ambiente propício a que as raparigas se expressassem. Além disso, trabalhar com os rapazes foi visto como uma estratégia crucial para se alcançar mudanças efectivas e positivas em termos de papéis de género e relacionamentos.

Em comum com outros estudos, as conclusões da pesquisa de base demonstraram que nas áreas do projecto, a agressão tende a ser vista como um comportamento masculino “normal”, a domesticidade e a submissão são esperadas das mulheres, e o corpo das raparigas é frequentemente visto como um bem económico (Parkes & Heslop, 2011). Estas crenças e atitudes, por estarem incorporadas na vida quotidiana e reflectidas nas práticas e políticas institucionais, contribuem para a normalização dos padrões de discriminação e de violência de género.

Dar às raparigas conhecimentos e informação sobre os seus direitos, encorajá-las a desafiar os estereótipos e a alargar os seus horizontes, e facilitar

oportunidades para que possam dar voz às suas preocupações, foram estratégias fundamentais adoptadas pelo projecto para aumentar a confiança das raparigas e empoderá-las para combater a violência e a discriminação.

Clubes de raparigas: falar sem receios

A criação de clubes de raparigas constituiu uma componente fundamental das actividades do projecto nos três países. Compostos geralmente por cerca de 30 a 40 membros, a sua finalidade principal era a de proporcionar às raparigas um espaço seguro e acolhedor onde pudessem aprender quais os seus direitos, particularmente o direito à protecção e à educação, com o apoio de facilitadores adultos de confiança, escolhidos pelas próprias raparigas. Essas “madrinhas” e “padrinhos” dos clubes, como eram chamados, foram formados pelo pessoal do projecto em diversas questões, incluindo direitos das crianças, metodologias participativas, diversidade e inclusão, estabelecimento, gestão e manutenção de clubes, e receberam orientações para facilitar e planear actividades com os membros do clube.

Embora a maioria dos clubes se situasse em escolas, foi também criada uma série de clubes na comunidade para as raparigas fora da escola. Apesar das

actividades variarem consoante os interesses das raparigas e os problemas a abordar, geralmente as actividades dos clubes de raparigas incluíam o seguinte:

- Teatro, canções e danças sobre o tema dos direitos das raparigas.
- Visitas de intercâmbio entre escolas.
- Visitas a raparigas fora da escola e suas famílias para as encorajar a voltar à escola.
- Contacto com os media para dar destaque a questões relacionadas com a educação e a protecção das raparigas.
- Participação em campanhas e iniciativas de advocacia a nível local e nacional, incluindo marchas, conferências e reuniões com decisores.
- Participação em seminários de formação sobre direitos, competências de vida, advocacia e competências de comunicação.

Uma análise intercalar independente efectuada em 2011 notou que os clubes de raparigas eram das iniciativas mais eficazes do projecto. Respondentes de todas as categorias destacaram o impacto positivo dos clubes na vida das raparigas, observando que os membros do clube eram mais autoconfiantes e assertivas, conheciam os seus direitos, queriam continuar a estudar, tinham melhores resultados académicos, assumiam posições de liderança na escola e tinham começado a questionar a violência nas suas comunidades (Yankah, 2011).

A pesquisa efectuada no final do projecto veio confirmar estes dados, destacando o facto de a participação nos clubes ter conseguido aumentar a autoconfiança das raparigas, permitindo-lhes tornarem-se mais assertivas em questões de direitos e de igualdade do que as que não frequentavam o clube (Education for Change, 2013). No Quénia, as raparigas membros do clube estão mais propensas a achar que os professores que têm relações sexuais com alunas devem ser despedidos, e a opinar que as raparigas devem poder voltar à escola depois de terem sido mães. Além disso, as raparigas dos clubes conhecem melhor a legislação e as políticas relativas à violência contra a rapariga na escola, e estão mais inclinadas a denunciar a violência do que as raparigas que não estão nos clubes:

“No clube disseram-nos quais os lugares apropriados para apresentar queixa por violência, como a AMUDEIA, o hospital, e a Polícia, incluindo alguns números de telefone”

(Rapariga, Moçambique)

O impacto positivo destes clubes na educação e atitudes das raparigas foi igualmente reconhecido por professores e autoridades da educação, e, em Moçambique, o Director Distrital da Educação incluiu nos relatórios trimestrais que recebe dos directores escolares um pedido de informação sobre as actividades dos clubes de raparigas.

Mais importante, no entanto, foi o facto de as próprias raparigas terem gostado de fazer parte dos clubes e das oportunidades de aprendizagem e partilha que as actividades proporcionaram:

“Um dia fui visitar o clube da minha escola e gostei muito, vi muitas coisas bonitas que eu queria aprender. Foi assim que comecei a participar nas actividades; aprendi muita coisa boa.”

(Membro do clube das raparigas, Moçambique)

Trabalhar com os rapazes: defensores da igualdade de direitos



A ActionAid crê que qualquer esforço para melhorar o estatuto das mulheres e das raparigas deve implicar esforços determinados para envolver construtivamente os homens e os rapazes. Assim sendo, o projecto desenvolveu diversas actividades específicas, incluindo, a nível da escola, actividades especialmente direccionadas para os rapazes. Apesar de cada país ter seguido uma abordagem ligeiramente diferente, o objectivo global era informar os rapazes sobre os seus direitos, encorajá-los a explorar os papéis de género, as competências de vida, a maturação sexual e as questões que contribuem para a discriminação contra as raparigas, incentivando-os a defender os direitos delas.

No Gana e no Quênia, as equipas do projecto criaram clubes “só para rapazes” nas escolas, reunindo periodicamente os clubes de rapazes e de raparigas por ocasião de campanhas, eventos e actividades, enquanto em Moçambique os rapazes foram eventualmente recrutados como membros iguais e activos dos clubes de raparigas. Embora a inclusão de rapazes nos clubes de raparigas constitua uma oportunidade de gerar solidariedade entre rapazes e raparigas e ajudar ambos a questionar os papéis de género aceites, é necessária sensibilidade e capacidade de resposta por parte dos professores facilitadores formados que devem estar conscientes

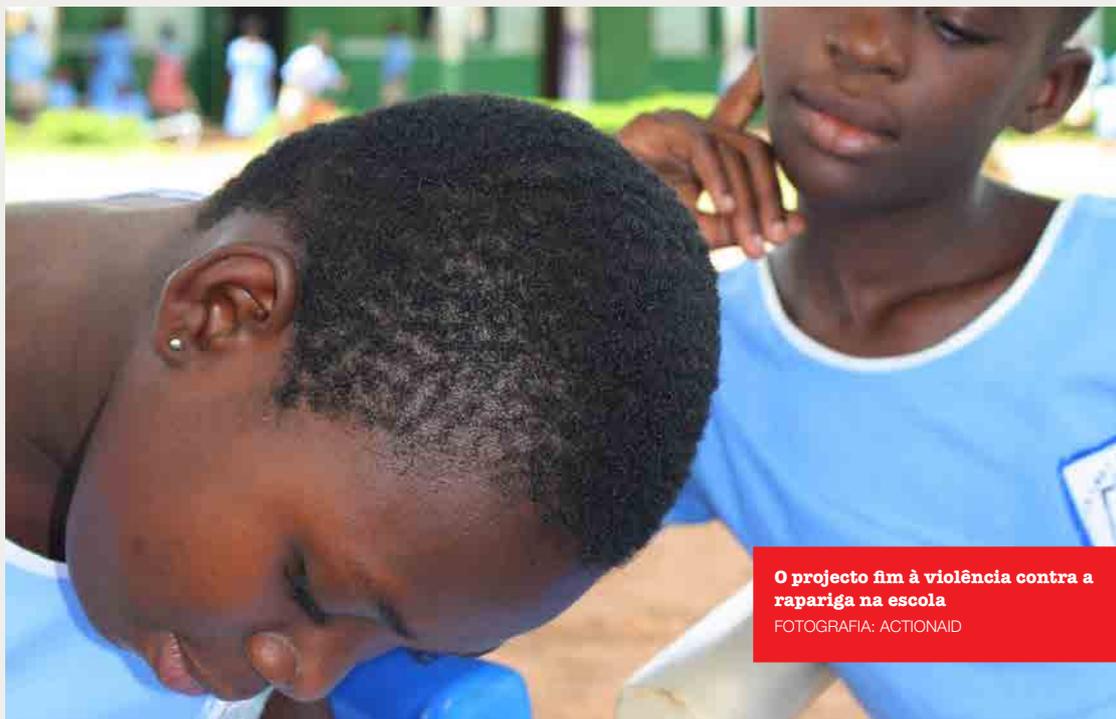
da dinâmica de poder de género no seio do grupo, e do facto de as raparigas provavelmente continuarem a precisar de espaço para discutir questões confidenciais.

Ao aumentar o conhecimento das causas e consequências da discriminação contra as raparigas e ao ajudar os rapazes a compreender que podem ter um papel no combate a essa discriminação, este trabalho contribuiu para mudar atitudes e percepções para melhor, como sublinhado pelo seguinte exemplo do Gana.

Estudo de Caso 6: Mudar a atitude dos rapazes em relação aos direitos das raparigas no Gana

Isshaku Abdulmajeed, de 12 anos, um extrovertido membro fundador dos clubes de rapazes estabelecidos numa das escolas do projecto no Gana, explica porque ele e os amigos decidiram fazer parte desta iniciativa:

“Decidimos formar o clube porque achamos que as raparigas não podem trabalhar sozinhas – precisamos de as ajudar. Assim organizamos debates, questionários e peças e no ano passado elaborámos uma peça de teatro sobre a educação das raparigas.”



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

Isshaku explica que a peça conta a história de duas famílias: uma das famílias é pobre mas conseguiu arranjar dinheiro para mandar os três filhos – incluindo as raparigas – à escola. A outra família é rica, mas só mandou os rapazes para a escola. No fim, diz ele, a família rica fica pobre e a pobre fica rica, devido às diferentes atitudes em relação ao investimento na educação das raparigas.

“Decidimos focar-nos nesta questão porque há pessoas que dizem que a educação das raparigas não é importante, mas estão erradas porque às vezes as raparigas são ainda mais inteligentes do que os rapazes, por isso as raparigas também precisam de estudar. Têm boa cabeça e também conseguem aprender.”

“Há muitos tipos de violência, como o casamento forçado, que não deviam existir. Elas devem poder escolher o homem com quem querem casar, em vez de serem outras pessoas a escolher por elas. Por vezes nós, os rapazes, também incomodamos as raparigas e as insultamos, chamando-lhes nomes. Se insultarmos uma rapariga, ela fica a pensar nisso o dia todo, mesmo nas aulas, e isso vai afectar os seus estudos, porque não se consegue concentrar. Isto é violência, por isso não devemos fazer isso às raparigas, pois elas são nossas irmãs.”

A pesquisa final no término do projecto mostrou que os clubes de rapazes constituem uma via prometedora para incentivar os rapazes a analisar os papéis e as relações de género, compreender as ligações entre masculinidade e violência contra as raparigas, e explorar alternativas (Parkes & Heslop, 2013). De forma geral, o trabalho com os rapazes ajudou a desmistificar alguns dos preconceitos que limitam o desempenho académico e as aspirações das raparigas e proporcionou um ambiente favorável à educação e empoderamento das raparigas.

Atitudes dos adultos face aos clubes

Atitudes dos adultos face aos clubes Apesar de as pesquisas mostrarem que os adultos vêm muitas vezes a noção dos direitos das crianças e, em particular, do direito à participação, como uma ameaça ao seu poder e controlo (Save the Children, 2010), muitos dos adultos envolvidos no projecto foram extremamente solidários com a iniciativa e apreciaram as mudanças positivas que ela acarretou: Alguns directores escolares foram especialmente positivos sobre o impacto que os clubes tiveram no desempenho académico das raparigas:

“De facto, nota-se muito agora que as raparigas dos clubes não são tão tímidas. Estão confiantes

quanto ao que fazem, e estão a ser sensibilizadas para a educação, para evitar casamentos e gravidezes prematuras. De facto, penso que ajudaram a melhorar o aproveitamento e o empenho na educação. Isso nota-se na participação nas aulas.”

(Director escolar, Quénia)

“Devido à existência dos clubes, as raparigas até tentam suplantar os rapazes. As raparigas dão o seu contributo nas aulas. Já não são tímidas e respondem a muitas perguntas nas aulas. Costumavam não denunciar certas questões, mas agora notificam qualquer pequeno incidente.”

(Director escolar, Gana)

Campos de Raparigas: alargar horizontes

Uma iniciativa particularmente bem-sucedida empreendida pela equipa do projecto no Gana em associação com o Ministério da Educação e outras organizações, incluindo a Ibis e a Camfed, foi a organização de Campos de Raparigas a nível regional e nacional. Todos os anos quatro ou cinco raparigas são seleccionadas em cada uma das 13 escolas para tomar parte nos eventos, que se realizam na capital regional ou em Acra. Os campos proporcionam às participantes a oportunidade de

aprender sobre questões relacionadas com os direitos das raparigas, a violência de género, competências de vida, as relações sociais, competências de liderança e o valor da educação. Além disso, oferecem ainda às raparigas, muitas das quais vêm de áreas rurais remotas onde os horizontes são para elas geralmente limitados, a oportunidade de conhecer exemplos de mulheres inspiradoras, incluindo profissionais de todos os sectores de actividade, e de tomar parte em visitas a lugares de interesse histórico e económico. O seguinte estudo de caso demonstra o impacto que estes eventos têm nas raparigas.

Estudo de Caso 7: Campos regionais de raparigas no Gana

Keziah, Bedau e Rubaina, todas alunas de uma das escolas apoiadas pelo projecto no Gana, foram escolhidas para participar no campo de raparigas anual realizado em Tamale, capital da região do norte. Durante quatro dias, participaram com mais 50 raparigas em diversas actividades, incluindo debates, discussões, sessões de orientação vocacional, seminários de formação e visitas ao aeroporto, à universidade, a um centro de formação profissional para raparigas e ao hospital distrital. O campo proporcionou-lhes também espaço para aprender e falar sobre questões que as afectam e à sua educação.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

Diz Bedau “aprendemos sobre os nossos direitos e sobre os tipos de violência que afectam as raparigas, bem como a quem pedir ajuda em caso de violência e qual o papel dos nossos professores para pôr fim à violência”. As raparigas são frequentemente vítimas de diferentes tipos de violência, muitos dos quais, como os maus-tratos físicos ou verbais, são aceites como fazendo parte do dia-a-dia. Para ilustrar esta situação, Rubaina explica que “por vezes, sofremos violência sem saber que se trata de violência, e assim, mesmo sendo algo que nos faz mal, guardamos a dor para nós mesmas, o que no fim vai acabar por nos prejudicar e à nossa educação.”

“E também há pessoas que não acreditam na educação das raparigas,” acrescenta Keziah, “como os chefes locais – a maioria deles pensa que as mulheres não têm juízo e que devíamos ser dadas em casamento.”

A oportunidade de participar nessa grande reunião foi fonte de inspiração para todas as raparigas, que se sentiram particularmente motivadas por conhecer muitas mulheres profissionais, desempenhando diversas funções, que são geralmente consideradas localmente como “empregos de homens”.

“Gostei muito das sessões de aconselhamento”, diz Bedau, “conhecemos uma mulher que trabalhava na faculdade de medicina, e apesar de muito jovem já era médica! Isso ajudou-nos a compreender que embora nos digam que alguns empregos são para as mulheres e outros para os homens, não é verdade – os homens e as mulheres podem fazer o mesmo tipo de trabalho! Eu quero ser médica um dia”.

Keziah observou que até se encontraram com a Directora Distrital da Educação, que também é mulher. A Directora esteve presente no primeiro dia da conferência onde Rubaina leu uma petição, em nome de todas as raparigas, a pedir que fossem colocadas mais professoras nas escolas locais do distrito de Nanumba. “Isso aumentou realmente a minha autoconfiança”, disse ela “porque agora sei que consigo levantar-me e falar em frente a muita gente.”

Depois do fórum Bedau e Rubaina tiveram a oportunidade de participar num debate radiofónico, que foi difundido na Rádio Justiça. “Conhecemos a apresentadora Martina Bugri” diz Rubaina “e falámos-lhe nos direitos das raparigas e no problema da violência que afecta as raparigas. Também lhe dissemos que queríamos que o Governo fizesse leis que tornassem a escola segura para as raparigas.”

As raparigas são brilhantes e cheias de inspiração e é evidente que a oportunidade de tomar parte não apenas nas actividades do clube, que constitui uma rede de apoio na escola, mas também em fóruns e reuniões, ajudou a alargar os seus horizontes, e, como afirma Bedau “abriu a nossa mente porque vimos coisas que nunca tínhamos visto.”



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola

FOTOGRAFIA: ACTIONAID

Estudo de Caso 8: Desenvolver e implementar planos escolares sensíveis ao género no Gana

No Gana o projecto trabalhou de perto com os membros do Comité de Gestão Escolar para assegurar que os planos escolares incorporassem medidas específicas visando consolidar o compromisso da escola em criar ambientes de aprendizagem livres de violência e sensíveis às necessidades específicas das raparigas. Esses planos foram desenvolvidos em consulta com as raparigas e usando as “Cartas do clube das raparigas” como referência.

As Cartas do Clube das Raparigas foram elaboradas por membros do clube com o apoio de professores e pessoal do projecto para sublinhar as aspirações das raparigas a uma escola amiga-das-raparigas, incluindo a necessidade de regras escolares que promovam um ambiente não violento, maior número de professoras e melhores casas de banho e equipamentos sanitários. Depois de finalizadas, essas Cartas foram apresentadas a membros do Comité de Gestão Escolar e a autoridades distritais da educação.

A oportunidade de apresentar Cartas e influenciar o planeamento escolar e a dotação de recursos foi crucial para aumentar a auto-estima das raparigas e a sua participação em condições de igualdade num ambiente amigável e favorável à aprendizagem. Além disso, o processo participativo valoriza a opinião das crianças, e constitui um espaço para adultos e crianças se ouvirem mutuamente e interagirem com respeito.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

Capacitar as raparigas fora da escola

O componente de investigação do projecto revelou que as raparigas que não vão à escola se encontram geralmente entre os grupos mais desfavorecidos e marginalizados, e as entrevistas e grupos focais nos três países revelaram que as raparigas fora da escola lamentavam serem excluídas da educação, e algumas se queixavam do casamento, forçado ou não (Parkes & Heslop, 2013).

Embora o projecto tenha enfatizado a criação de clubes para raparigas e rapazes na escola, desenvolveram-se também iniciativas específicas

destinadas às raparigas fora da escola, visando facultar-lhes informação sobre os seus direitos à educação, protecção e participação, bem como apoiá-las no regresso às aulas, através da ligação com os comités de gestão escolar e os pais. Porém, para as raparigas que não desejassem voltar ao ensino formal, foram elaborados programas de formação alternativos com informação sobre higiene pessoal, saúde sexual e reprodutiva, puericultura e violência de género. No Quénia e em Moçambique, o projecto também disponibilizou às raparigas fora da escola oportunidades de gerar renda, tais como formação para criação de pequenos negócios, planos e empréstimos para formação profissional.

Estudo de caso 9: Apoiar as raparigas fora da escola no Quénia

Gwaku é o nome de um dos grupos de alunas criado com o apoio da equipa do projecto no Quénia. As raparigas reúnem-se regularmente para partilhar os seus desafios como jovens mães a fim de desenvolverem autoconfiança e partilharem estratégias para ultrapassar esses obstáculos. Como grupo, os membros do *Gwaku* visavam:

- Sensibilizar as respectivas comunidades para questões relativas às raparigas fora da escola, incluindo as políticas de readmissão, o casamento prematuro e a gravidez.
- Capacitar os membros do grupo com competências empresariais e de liderança que lhes permitam gerir um negócio de grupo.
- Encorajar e captar fundos para os membros que querem voltar à escola.
- Obter um empréstimo para começar um negócio com vista a gerar renda para os membros.
- Fazer a ligação com os professores para melhorar os conhecimentos das raparigas sobre o casamento e a gravidez e oferecer orientação por meio de apresentações e debates na escola.

O Projecto também ligou o *Gwaku* com o Kwacha Africa, um grupo de empoderamento de jovens de Mombaça, para os capacitar em formação de grupos e desenvolvimento estratégico. As raparigas receberam formação em competências de vida, liderança e empreendedorismo, e foram informadas acerca das oportunidades de empréstimos de arranque e formação profissional. Posteriormente, o grupo iniciou a criação de aves de capoeira e recebeu financiamento para comprar artigos domésticos de uso corrente para revenda nas respectivas comunidades.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola

FOTOGRAFIA: ACTIONAID

Uma avaliação independente realizada no final do projecto conclui que a participação das raparigas foi bem incorporada no projecto em cada país, particularmente nas várias actividades de advocacia e na comunidade. As raparigas desempenharam um papel activo nas campanhas e nas marchas, e puderam falar directamente com decisores de alto nível em reuniões e conferências. As raparigas membros dos clubes elaboraram Cartas e petições, que as ajudaram a defender os seus direitos, estabelecer padrões elevados para si próprias e a exigir

responsabilidades a quem de direito. Os clubes de raparigas também desempenharam um papel importante na capacitação das raparigas com conhecimentos, competências e segurança, e a pesquisa intercalar, longitudinal e final mostra um aumento na autoconfiança das raparigas para erguer a voz e falar com franqueza sobre os seus direitos, em resultado directo das actividades do projecto (Education for Change, 2013).



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

6. Reduzir a Violência Contra a Rapariga

“Agora já não posso aceitar nenhum tipo de violência em casa, digo ao meu pai que se bater na minha mãe fazemos queixa dele” *Membro do clube das raparigas*

Um dos principais objectivos do projecto consistia **em reduzir em 50% a violência contra a rapariga por familiares, professores e colegas nos distritos intervencionados, em comparação com as estatísticas de base.**

Os dados de base revelaram a generalização da violência nas áreas de intervenção do projecto nos três países, sendo que a vasta maioria das raparigas entrevistadas (85% no Quênia, 81,5% no Gana e 66% em Moçambique) afirmou que tinha sofrido alguma forma de violência nos 12 meses anteriores (Parkes & Heslop, 2011).

Além disso, foram poucas as raparigas vítimas de violência que se queixaram, e o seguimento através dos canais oficiais foi mínimo. Muitas formas de violência, incluindo os castigos físicos, eram consideradas normais, e as mudanças jurídicas e políticas parecem ter pouco impacto nessas práticas. Proteger a honra da família, vergonha e medo de repercussões impediam as raparigas de se queixar, sendo vistas tanto como vítimas como culpadas da violência sofrida (Parkes & Heslop, 2013).

À luz desta evidência, o projecto propôs-se uma meta muito ambiciosa, e empregou diversas estratégias para provocar mudanças nos conhecimentos, atitudes, práticas e políticas, e para alcançar uma redução tangível nos incidentes de violência contra raparigas na família, na escola e na comunidade. Essas estratégias incluíram a sensibilização para o direito das raparigas à protecção, a facilitação de laços mais estreitos entre comunidades, polícia, saúde, serviços jurídicos e sociais e o reforço de mecanismos de protecção à criança sob orientação da comunidade bem como a realização de campanhas e trabalho com os meios de comunicação. Embora se trate sem dúvida de uma área complexa e cheia de desafios, algumas das abordagens mais bem-sucedidas são destacadas em seguida.

Criar e reforçar grupos de protecção infantil ligados a serviços públicos locais

Para além dos altos níveis de violência contra raparigas, os dados de base também revelaram que os mecanismos oficiais para denunciar a violência eram fracos nos três países, sendo que apenas uns poucos casos eram encaminhados através dos canais oficiais. Entre as principais razões para tal contam-se o acesso limitado a centros de saúde e postos da polícia, especialmente nas áreas mais remotas do Quênia e do Gana, bem como o desconhecimento dos serviços que poderiam dar apoio (Parkes & Heslop, 2011).

Para resolver este problema e permitir às raparigas e às comunidades melhor denunciar e reagir aos incidentes de violência e maus tratos nas escolas e áreas adjacentes, foram seguidas várias abordagens para criar e reforçar redes de grupos de protecção infantil baseados na comunidade. Dado o isolamento de muitas das áreas de intervenção, a criação de mecanismos de resposta na comunidade ligados a prestadores de serviços públicos oficiais foi crucial para melhorar o acesso aos cuidados de saúde formais, aos serviços jurídicos e ao aconselhamento às vítimas de violência.

O papel desempenhado por grupos como as Equipas Comunitárias de Advocacia no Gana, a rede local de mulheres *Sauti Ya Wanawake* (A Voz das Mulheres) no Quênia, e os círculos REFLECT em Moçambique foi fundamental para a consecução deste objectivo.

Estudo de Caso 10: Mecanismos comunitários de protecção infantil no Gana

No Gana, o projecto apoiou o trabalho das Equipas Comunitárias de Advocacia (CAT) em todas as áreas de intervenção. Esses grupos, geralmente compostos por cinco voluntários, (três mulheres e dois homens) por comunidade, empenham-se em sensibilizar para a violência e os maus-tratos, monitorizar e dar resposta aos incidentes e apoiar as vítimas e suas famílias.

Para facilitar o seu trabalho, as equipas do projecto associaram as CAT a serviços chave de apoio a nível distrital, como a Unidade de Apoio à Vítima de Violência Doméstica da Polícia do Gana (DOWSU), o Departamento de Assistência Social e o Centro de Direitos Humanos e Justiça Administrativa. O pessoal dessas estruturas ofereceu aos membros das CAT formação formal paralegal, com módulos sobre disposições legais sobre direitos e protecção das crianças e sanções legais para maus-tratos às crianças, (mecanismos de encaminhamento formais e apoio psicossocial).

A fim de assegurar uma ligação sólida com as escolas e facilitar o encaminhamento dos casos de violência na escola, as CAT estabeleceram Redes de Protecção à Criança na comunidade, compostas por membros das CAT, representantes dos Comités de Gestão Escolar e Associações de Pais, bem como membros da Assembleia Distrital e dos DOWSU. Essas redes permitem aumentar a divulgação de informação sobre o apoio institucional e os serviços de encaminhamento, e a criação de elos mais fortes com esses serviços, aumentando as hipóteses de os casos serem notificados e encaminhados pelos canais oficiais em lugar de serem tratados informalmente a nível da família ou da comunidade.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

As CAT também ajudaram as raparigas a denunciar os incidentes de maneira sensível e confidencial, acompanhando-as à Polícia local e aos serviços para crianças quando necessário, e a sua presença e actividade foram bem acolhidas nas comunidades que servem.

“A ideia de termos voluntários da comunidade a monitorizar e a falar contra essas práticas negativas fez toda a diferença na minha comunidade”.

(D^a.Asoa, Anciã do Gana)

Para além de fazerem a ponte entre as comunidades e os serviços públicos locais, as CAT estabeleceram relações estreitas com as autoridades locais e os líderes tradicionais e religiosos, para aumentar a receptividade e apoio aos direitos das mulheres e das crianças, promover a importância da educação das raparigas, suscitar o apoio da comunidade e criar dinâmica para protestar contra o casamento e a gravidez precoces.

Sensibilizar para a existência de um sistema de denúncia de casos e encaminhamento e disponibilizar esses serviços às raparigas ajudou-as a saber onde se podem dirigir para aceder a serviços de apoio confidenciais e amigos-dos-jovens. A confidencialidade proporciona às raparigas um espaço seguro e de aceitação onde podem falar com pessoas treinadas para ouvir, dar resposta, oferecer apoio pastoral e hierarquizar as necessidades apropriadamente.

“As raparigas estão cientes dos seus direitos e fazem queixas que são encaminhadas para a Comissão. Isso tornou-se possível porque as Equipas Comunitárias de Advocacia transmitem uma sensação de segurança e de apoio social às vítimas de violência nas comunidades, que até aqui não existia. Lidámos com vários casos de casamento forçado juntamente com as comunidades, com muita cooperação e a um custo muito baixo para todos. A rede tornou a Comissão mais consciente, visível e activa na facilitação de reparação para casos de maus-tratos sem deteriorar as relações sociais e também sem comprometer os direitos das raparigas a ingressar e permanecer na escola para concluir a sua educação”.

(Director Distrital da Comissão de Direitos Humanos e Justiça Administrativa).

Através do seu trabalho incansável, as CAT produziram verdadeiras mudanças na consciencialização e no comportamento das comunidades alvo, e a percentagem de adultos que conhecia os mecanismos oficiais de notificação subiu de 36% em 2009 para 86% em 2013.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

Estudo de Caso 11: A Voz das Mulheres a Favor de Comunidades Sem Violência no Quénia

A rede do Quénia *Sauti Ya Wanawake* (A Voz das Mulheres) é um movimento social baseado na comunidade formado por voluntárias locais empenhadas na defesa dos direitos das mulheres e na sua capacitação.

“A nossa primeira prioridade são as meninas com quem trabalhamos, para garantir que vão à escola e vivem uma vida sem violência. As mulheres são também prioritárias, pois os nossos membros são mulheres, que se autonomizam económica e socialmente através da capacitação.”

(Membro da Sauti Ya Wanawake)

A equipa do projecto no Quénia trabalhou com a Sauti Ya Wanawake desde o início, reforçando o seu conhecimento da violência de género e do direito das raparigas à educação. Disponibilizando formação aos membros do grupo e ajuda para formar alianças com outras estruturas incluindo organizações da sociedade civil e organismos governamentais, a equipa ajudou também a Sauti Ya Wanawake a fazer campanha para garantir justiça nos casos de violência contra as raparigas.

Em resultado do seu trabalho e da eficácia da sua abordagem, os membros da comunidade consideram agora a Sauti como o primeiro porto de abrigo, sabendo que os membros da Sauti assegurarão que os casos sejam encaminhados pelos canais apropriados e as vítimas recebam o apoio médico, jurídico e psicossocial de que precisem. Nalguns casos graves, em que as vítimas precisam de tratamento médico devido à violência e aos maus tratos, as despesas envolvidas podem ser um obstáculo considerável.

Para resolver essa questão, os membros da Sauti angariaram fundos na comunidade e trabalharam com a Polícia e representantes do Departamento da Criança a um nível descentralizado para garantir a coordenação e eficácia da resposta às necessidades das raparigas vulneráveis. Por exemplo, nos casos de violência sexual, os membros da Sauti ajudaram a sobrevivente a apresentar queixa na Polícia, fizeram depois a ligação com o Departamento da Criança e encaminharam-na para o hospital para receber tratamento. Ajudam a Polícia no processo de investigação e oferecem apoio psicológico às sobreviventes. Quando o caso é levado a tribunal, ajudam a sobrevivente a estar presente nas audiências e disponibilizam orientação paralegal se necessário.

Tiveram também um papel fundamental no combate à impunidade, que resulta tantas vezes de os casos não serem encaminhados pelas vias oficiais. Em dois casos de casamento infantil e incesto os membros da Sauti apresentaram provas que contribuíram para que os perpetradores fossem condenados a penas de prisão. Segundo a presidente da Sauti Ya Wanawake, estes resultados são directamente imputáveis ao projecto, pois, na sua opinião, sem o apoio e a formação recebidas, os membros da Sauti não teriam tido coragem de ir a tribunal, e muito provavelmente estes casos teriam sido tratados ao nível da comunidade.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola

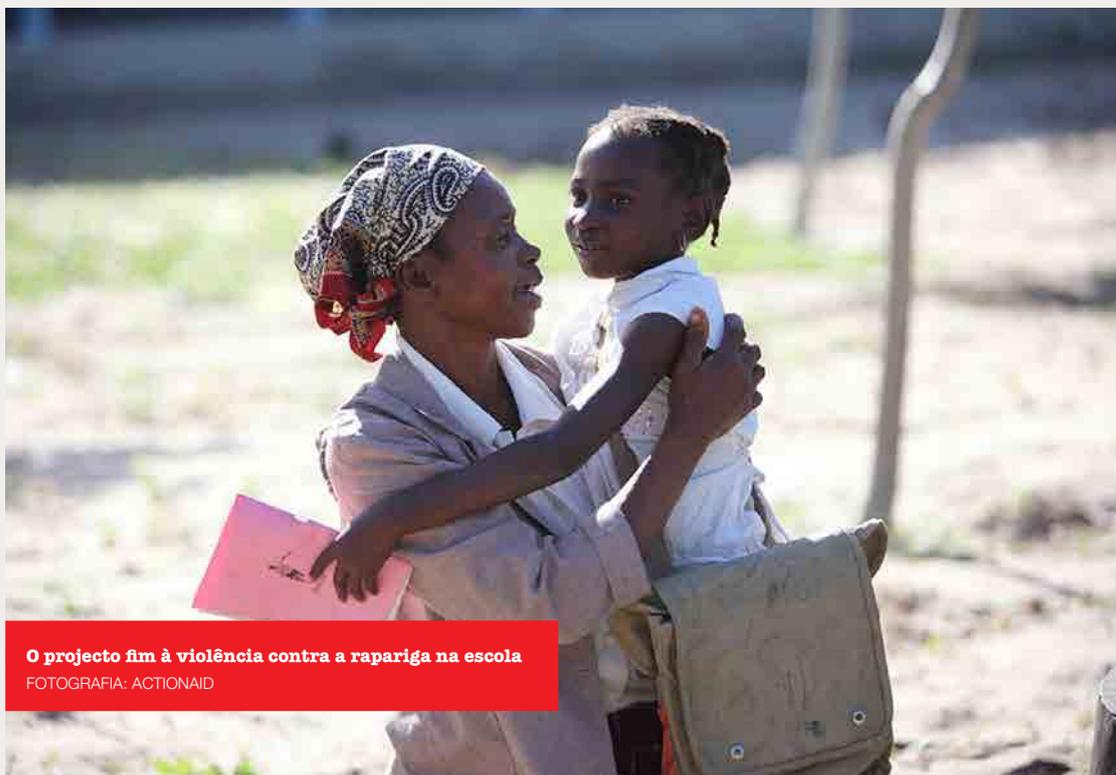
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

Estudo de Caso 12: Reforçar e formalizar os elos entre educação e justiça no Gana

O papel da polícia é crucial para garantir que seja feita justiça nos casos de violência e maus tratos a raparigas, e a equipa do projecto no norte do Gana trabalhou para ultrapassar alguns dos obstáculos geográficos e de atitudes que impedem que os incidentes de violência na escola sejam eficazmente notificados e seguidos através dos canais oficiais.

Ao incentivar a colaboração estreita entre a Unidade de Apoio à Vítima de Violência Doméstica (DOWSU) da Polícia do Gana e a Unidade de Educação das Raparigas (GEU) dos Serviços de Educação do Gana, a equipa do projecto conseguiu negociar um acordo entre ambas que foi formalizado por um Memorando de Entendimento (MoU) a nível nacional para combater a violência contra as raparigas. O MoU identifica, promove e institucionaliza um sistema confidencial para apresentar queixa, que permite seguir e responder a casos de violência, e inclui orientações para facilitar a redução da violência na escola, documentar os procedimentos relativos às denúncias e gerir os casos.

Através de um leque de actividades de sensibilização e divulgação na comunidade, a equipa divulgou informação sobre o MoU entre os Serviços de Educação do Gana e a DOWSU, informando os membros da comunidade sobre os mecanismos de apresentação de queixa e de encaminhamento. Esta iniciativa teve tanto êxito que foi replicada através da colaboração entre a ActionAid, a Polícia do Gana e os Serviços Educativos do Gana em todas as áreas onde a ActionAid trabalha.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola

FOTOGRAFIA: ACTIONAID

Mecanismos de apresentação de queixas que sejam claros, acessíveis, confidenciais, conhecidos por todos e vistos como funcionais são uma parte essencial do processo de redução da violência contra as raparigas. Como sublinhado pelos exemplos acima, o projecto envolveu prestadores de serviços estatais, organizações baseadas na comunidade e membros da comunidade para desenvolver, promover e formalizar mecanismos eficazes de apresentação de queixa e encaminhamento. As equipas do projecto e os membros da comunidade fizeram também esforços significativos para transmitir informação sobre o direito das raparigas à protecção contra a violência, bem como para informar professores, pais, líderes da comunidade, raparigas e rapazes sobre os mecanismos formais apropriados para apresentar queixa, usando diversos métodos.

No final do projecto, a pesquisa revelou ter havido um nítido aumento nos membros da comunidade que conheciam organizações locais que podem ajudar as raparigas que foram vítimas de violência; no Quénia, o número de membros da comunidade que sabia nomear essas instituições triplicou entre 2011 e 2013.

Além disso, a pesquisa final do projecto revela que as raparigas em Moçambique estão mais dispostas a denunciar a violência em 2013 do que em 2009, notando-se a mudança mais marcada no aumento das denúncias de violência sexual. Aumentou também consideravelmente a possibilidade de os casos chegarem aos canais oficiais, incluindo a direcção da escola, os Serviços Distritais da Educação e a Polícia. Estas conclusões são ainda mais marcadas para as raparigas que são membros dos clubes, o que sugere que a inclusão no clube aumenta a confiança das raparigas para denunciar e agir contra a violência (Parkes & Heslop, 2013)

“Estas actividades mudaram a minha vida, adquiri mais conhecimentos sobre os direitos da criança (e) sinto que sou capaz de falar sobre a violência contra a rapariga na comunidade. Vim para me informar sobre a Linha de Apoio à Criança através da qual me posso queixar de qualquer acto de violência. Sei também que existe um número telefónico de apoio para lidar com casos de violência doméstica vividos pelas mulheres e crianças. Agora já não posso aceitar nenhum tipo de violência em casa, digo ao meu pai que se bater na minha mãe fazemos queixa dele.

(Girls' Club member, Mozambique)

Além disso, no Quénia e no Gana, a maioria das formas de violência contra raparigas decresceu desde 2009 - nomeadamente em relação aos espancamentos e à violência sexual no Quénia, e à violência física e psicológica no Gana. Os espancamentos, por exemplo, diminuíram em 20% no Gana e 25% no Quénia. Estas conclusões sugerem que o projecto, além do conhecimento e das atitudes, influencia também os comportamentos. Embora o projecto não tenha atingido inteiramente o seu objectivo, que era a redução de 50% nos níveis de violência globais, tal não significa necessariamente que a intervenção tenha falhado, mas antes que conseguiu aumentar a autoconfiança e capacidade das raparigas para reconhecer a violência e falar sobre ela (Parkes & Heslop, 2013).

7. Pôr as leis e as políticas a funcionar a favor das raparigas

“Chicotadas, vergastadas e palmadas não podem ser consideradas disciplina.”

Como sublinhado no quadro conceptual na p. 7, as formas de discriminação de género que existem nas instituições políticas e sociais e se manifestam sob a forma de leis, políticas e conteúdo curricular contribuem para perpetuar a violência contra as raparigas no sistema educativo.

Por este motivo, como parte dos seus objectivos gerais, o projecto visava assegurar que nos três países **fosse implementado a todos os níveis um quadro jurídico e de políticas que abordasse especificamente a violência contra as raparigas na escola**. Embora indubitavelmente essa seja uma meta extremamente ambiciosa para um intervalo de tempo relativamente curto, as equipas do projecto adoptaram diversas estratégias assentes na abordagem baseada nos direitos humanos própria da ActionAid, que procura ligar grupos locais a movimentos da sociedade civil, recorrendo a pesquisa e evidências fiáveis, incluindo a análise das políticas, para fazer campanha e pressão a favor de mudanças sustentáveis.

Para além do componente de pesquisa global que incluiu estudos de base, longitudinais e finais em cada país desde o começo do ciclo de vida do projecto, as equipas efectuaram uma análise completa das leis e políticas relevantes para a educação e a protecção das raparigas a nível nacional, e essa informação desempenhou um papel crucial para fundamentar a advocacia do projecto ao nível local e nacional.

Foram feitas importantes alianças com destacadas redes e coligações da sociedade civil, a fim de efectuarem conjuntamente advocacia a favor de prioridades comuns, e as equipas trabalharam também muito de perto com a *midia* para que essas questões continuassem na agenda pública e para aumentar a pressão sobre os decisores e os responsáveis pelas políticas.

O envolvimento das próprias raparigas foi crucial para este processo. Conhecedoras dos seus direitos e com competências em técnicas de comunicação e advocacia, as raparigas tiveram a oportunidade de interagir activamente com importantes decisores ao nível local e nacional.

Esta combinação de pesquisa, mobilização, campanhas e trabalho com a *midia* durante o ciclo de vida do projecto resultou na implementação de um leque de medidas a favor da educação e da protecção das raparigas ao nível da escola e níveis seguintes.

Combater a impunidade no seio do sistema

Como já foi referido, a análise das lacunas, contradições e inconsistências nas leis e políticas relacionadas com o direito das raparigas à educação e protecção forneceram informação crucial para a advocacia das equipas do projecto nos países. Com essa informação, as equipas ficaram melhor equipadas para trabalhar com outras organizações da sociedade civil para aproveitar oportunidades de influenciar processos cruciais de análise de políticas.

Estudo de Caso 14: Envolver os professores nos esforços para combater a impunidade no seio do sistema no Quênia

A identificação dos professores como um dos grupos de perpetradores de violência contra as raparigas pela pesquisa de base do projecto encorajou a equipa a dirigir os esforços de advocacia para mudanças específicas, destinadas a mitigar os incidentes e a reduzir a impunidade para os perpetradores no interior do sistema.

Os membros da equipa do projecto apresentaram uma série de recomendações provenientes do estudo de base, e a análise jurídica e política foi apresentada à Comissão do Serviço de Professores (TSC), que coordena o recrutamento, colocação, formação e gestão dos professores no Quênia. Estas recomendações incluíam propostas de revisão à Lei da Comissão de Serviço dos Professores de 2012 e ao Código de Conduta dos Professores, criando oportunidades e concebendo estratégias para assegurar que os professores desempenhem um papel de liderança na criação de ambientes de aprendizagem amigos-da-criança.

As novas disposições asseguram que todos os professores (no ensino público e privado) estejam registados e tenham um certificado de ensino que deve ser renovado a cada três anos. Além disso, qualquer professor condenado por crimes de natureza sexual ou por qualquer crime contra um aluno não pode estar registado como professor, e se a condenação ocorrer durante a prática do ensino, o registo desse professor será cancelado, e ele será interditado e sujeito a acção penal.

Usando o mesmo corpo de evidência como base, a equipa do projecto também trabalhou com outras organizações da sociedade civil incluindo a Childline e a Plan Kenya para contribuir na redação de uma Circular relativa aos abusos e actos de violência na escola. A Circular visa assegurar que qualquer professor que se prove ser culpado de violência contra os alunos seja afastado do sistema educativo e nota que o conluio e o encobrimento de um transgressor são também crimes puníveis por lei.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola

FOTOGRAFIA: ACTIONAID

A Circular, que foi divulgada às Autoridades Distritais da Educação e às escolas de todo o país, vem também acompanhada por uma nova base de dados centralizada para localizar e impedir o registo de professores que cometam crimes sexuais, a fim de garantir adequada reparação nos casos de violência. A nível da escola, as equipas do projecto ajudaram o pessoal docente, os pais e os alunos a compreender o conteúdo da Circular e a forma de assegurar a sua implementação.

Em relação a este trabalho, as equipas puderam também assegurar a inclusão de cláusulas específicas relativas à violência na escola na Lei de Bases do Sistema Educativo revista, que consolida informação de diversas circulares educativas num único documento e, muito importante, fornece uma definição unívoca de violência, e ao abrigo dos nºs 1 e 2 do Artigo 36 nota que:

“Nenhum aluno será submetido a tortura nem a castigo ou tratamento cruel, desumano ou degradante, sob qualquer forma, quer física quer psicológica. Quem infringir as disposições da [presente] subsecção incorre na prática de um crime punível com pena de multa não superior a cem mil xelins ou de prisão não superior a seis meses ou ambos.”

A fim de contribuir para mudanças tanto em matéria de sensibilização como de políticas, as equipas do projecto usaram não apenas evidências fiáveis reunidas nas áreas intervencionadas para fundamentar acções de advocacia política ao nível nacional, como também garantiram que a informação sobre a legislação e as políticas nacionais fosse disseminada ao nível local, por meio de linguagem e formatos acessíveis de forma a promover a sua implementação e cumprimento.

Alianças da sociedade civil envolvem-se em advocacia política conjunta

O estabelecimento e reforço de redes e coligações da sociedade civil contribuiu significativamente para que o projecto tenha tido êxito em produzir mudanças na legislação e políticas nacionais sobre educação e protecção das raparigas. Ao reunir um amplo leque de organizações não-governamentais, organizações comunitárias, Sindicatos de Professores e organismos da mídia nacional, e ao identificar prioridades comuns em diversos sectores, como os direitos das crianças, a protecção infantil, a educação e os direitos das mulheres, o projecto pôde reunir consenso e unificar opiniões sobre questões específicas relacionadas com a violência contra a rapariga, e intensificar a pressão sobre os decisores e os políticos para ouvirem e responderem às exigências da sociedade civil.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

Estudo de Caso 15: Trabalhar em conjunto para defender o direito das raparigas à educação e protecção em Moçambique

A gravidez na adolescência foi identificada pelos investigadores do projecto como uma das principais causas de abandono escolar das raparigas em Moçambique nas áreas de intervenção do projecto (Parkes & Heslop, 2011), um factor reflectido nos dados a nível nacional da Organização Mundial da Saúde, que mostram que a proporção de raparigas com menos de 15 anos que ficam grávidas em Moçambique é ligeiramente superior a 12% (WHO, 2013).

Para muitas dessas raparigas, continuar a estudar durante e após a gravidez é muito difícil, particularmente quando têm de enfrentar a troça dos colegas e a discriminação dos professores, que tendem a vê-las como uma má influência. Em 2003, o Ministério da Educação moçambicano, reconhecendo o impacto da gravidez na adolescência na educação das raparigas, emitiu o Despacho Ministerial Nº 39/GM/2003, contendo disposições a serem tomadas para a sua educação. Infelizmente, o conteúdo do decreto, que afirma que as raparigas grávidas devem ser transferidas do ensino diurno normal para as aulas nocturnas, reflecte de muitas formas as atitudes discriminatórias encontradas pelas raparigas nas suas escolas e comunidades e torna a penalizá-las, ao impor-lhes uma situação na qual podem correr mais riscos, vulnerabilidade e desconforto.

Embora o mesmo Despacho também afirme que os professores e outros funcionários educativos que sejam responsáveis por assédio sexual ou gravidez das alunas devem ser suspensos sem vencimento e sujeitos a processo disciplinar, não especifica os procedimentos a seguir para implementação desta política.

Tendo identificado estas lacunas, a equipa do projecto em Moçambique mobilizou com êxito uma ampla aliança de organizações da sociedade civil para fazerem recomendações específicas com vista à rectificação e implementação do Despacho. Foi criado um Grupo de Trabalho que posteriormente apresentou uma proposta de revisão contendo recomendações para o seguinte:

- A inclusão e participação em condições de igualdade das alunas grávidas nas aulas diurnas.
- A suspensão dos perpetradores de abuso sexual e assédio de alunos durante as investigações.
- Sanções específicas e proporcionais para adultos cúmplices.
- Procedimentos concretos para implementação das políticas ao nível da escola.

Graças ao manancial de dados sobre a educação das raparigas e a violência gerados pelo projecto, a aliança pôde advogar persuasivamente a favor de melhores medidas de apoio à educação das raparigas. O Ministério da Educação trabalha presentemente no documento e a aliança continuará a defender a sua finalização em 2014.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola

FOTOGRAFIA: ACTIONAID

Estudo de Caso 16: Revisões ao Código Penal de Moçambique

No seguimento de uma análise aprofundada ao quadro jurídico e político relativamente à educação e protecção das raparigas em Moçambique, foi identificada uma série de contradições e lacunas. A equipa do projecto garantiu que o relatório da pesquisa fosse amplamente divulgado e convocou uma reunião com organizações da sociedade civil que trabalham em Moçambique, incluindo Agências das Nações Unidas, Organizações Não Governamentais Internacionais (INGO), Redes e Coligações bem como representantes de Ministérios chave para partilhar essa informação.

Trabalharam também com a organização, *A Mulher e lei na África austral* (WLSA) e a coligação nacional de organizações que trabalham na protecção da criança (ROSC) para redigir uma lista de propostas de mudança para garantir melhor protecção para as vítimas de abusos sexuais. Essas propostas incluíam o pedido de revisão do artigo 409 que estipula que os violadores podem evitar a pena de prisão se casarem com a vítima, o artigo 398 que apenas criminaliza a violação se a vítima for virgem e o artigo 399 que não reconhece o facto de que homens e rapazes também podem ser vítimas de violação.

As revisões propostas foram enviadas para análise do Parlamento em 2012. Embora o processo ainda não tenha sido concluído espera-se que as mudanças propostas pela sociedade civil sejam tidas em consideração na revisão final em Março de 2014.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola

FOTOGRAFIA: ACTIONAID

Raparigas capacitadas obrigam os decisores a prestar contas

O projecto reconheceu a intervenção das raparigas e a sua participação activa como estratégias chave dos seus esforços para alcançar mudanças a longo prazo na legislação e nas políticas. Ao colocar as raparigas no cerne de todas as fases de implementação e ao criar oportunidades para que expressem

as suas preocupações sobre questões que as afectam, o projecto pôde envolvê-las directamente nos espaços e projectos principais de tomada de decisão desde o nível local ao nacional. Tal foi alcançado com recurso a um leque de abordagens que incluíram o envolvimento das raparigas na redacção de petições, na organização de conferências com figuras políticas de destaque ao nível nacional e na interacção com os media.

Estudo de Caso 17: Conferência Nacional de Raparigas em Moçambique

A Conferência Nacional de Raparigas organizada anualmente pela ActionAid proporcionou às raparigas um espaço para se informarem sobre os seus direitos, identificarem prioridades e prepararem-se para se reunir com políticos e decisores ao nível nacional. Ao reunir cerca de 70 raparigas de todo o país, (incluindo 40 das áreas de intervenção do projecto), a conferência constituiu uma plataforma de muito sucesso para promover a participação das raparigas na agenda política nacional.

A conferência, que durou três dias, permitiu às raparigas tomar parte em debates e discussões sobre questões como o casamento forçado, a negação dos seus direitos, o assédio sexual e a violência doméstica. No terceiro e último dia, as raparigas puderam encontrar-se com representantes governativos de alto nível incluindo Directores de Departamentos Nacionais do Ministério das Mulheres e da Acção Social, o Chefe do Departamento de Género do Ministério da Educação bem como o principal representante do Gabinete Nacional de Resposta às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Doméstica.

As raparigas aproveitaram esta oportunidade para fazer perguntas e levantar preocupações e entregaram uma petição na qual apelavam aos decisores para garantir penas mais severas para os violadores, incluindo os que abusam das crianças no meio escolar e para assegurar que as escolas e as comunidades apoiam a educação das raparigas, aprovando e implementando as necessárias leis e políticas para sua protecção.

Esta actividade contribuiu para reforçar a advocacia pela mudança de políticas por parte da equipa do projecto, particularmente em relação ao Código Penal e à política de Readmissão na Escola, como referido acima, e garantiu que a opinião das raparigas sobre estas questões fosse directamente ouvida pelos decisores nacionais.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

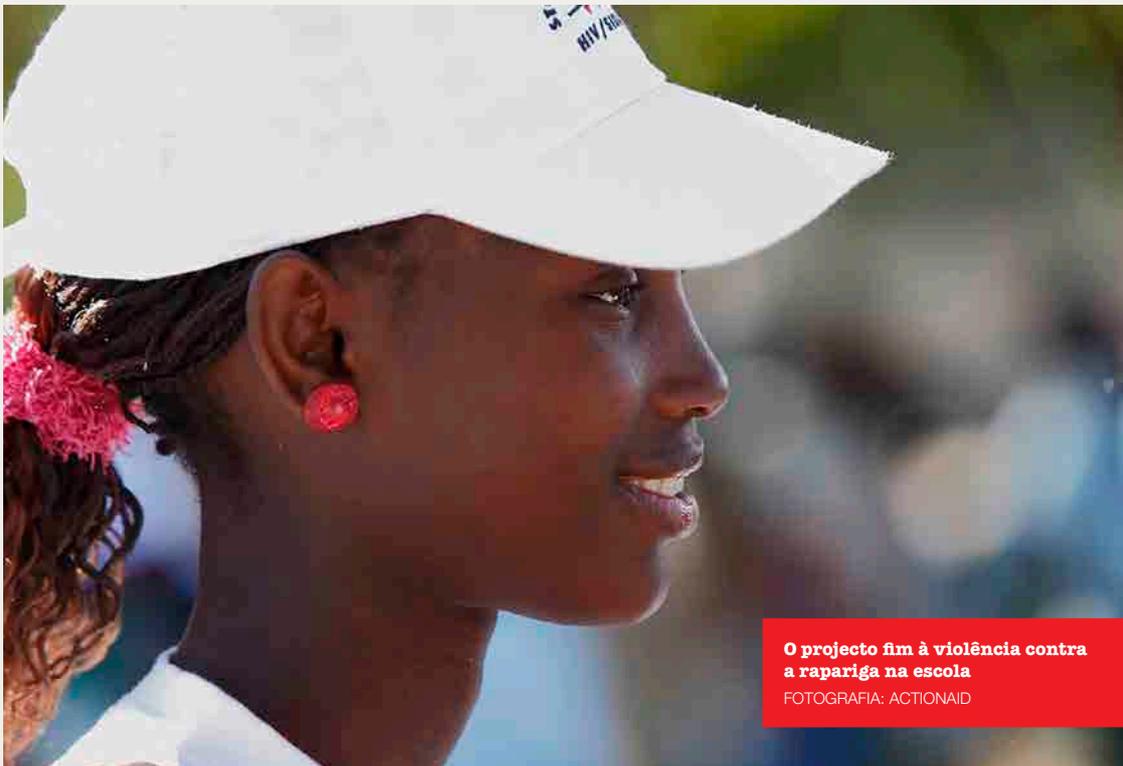
Interagir com a mídia

A forma como os assuntos relacionados com a violência e o abuso das raparigas são tratados na mídia roça por vezes o sensacionalismo e pode contribuir para pôr a culpa nas raparigas devido ao seu comportamento ou forma de vestir. O projecto procurou monitorizar e promover uma cobertura noticiosa mais sensível e construtiva, que contribua

para divulgar evidência factual sobre estas questões, garantir a confidencialidade das vítimas e fazer pressão para que sejam implementadas medidas de combate ao problema. Crucialmente, as equipas do projecto procuraram também oportunidades de trabalhar directamente com a rádio, a televisão e a imprensa a fim de assegurar que a voz das raparigas fosse directamente ouvida pelo maior público possível.

Estudo de Caso 18: Trabalhar com a mídia em Moçambique

O envolvimento estratégico com a *mídia* em Moçambique garantiu uma ampla cobertura do direito das raparigas à educação e à protecção durante todo o ciclo de vida do projecto. Para além de dar formação ao pessoal dos principais meios de comunicação sobre a violência de género, e como noticiar questões relacionadas com a violência contra raparigas de forma sensível e construtiva que apele a medidas concretas, a equipa do projecto também organizou um grupo de trabalho de 15 jornalistas dos principais canais de TV, rádio e jornais do país. Esta colaboração resultou no aumento de uma cobertura sensível e construtiva não apenas da violência contra a rapariga (VAG) mas também do próprio trabalho do projecto, apoiando as estratégias de advocacia do projecto e contribuindo para manter a questão na agenda pública.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

A nível da escola, o projecto estabeleceu elos entre escolas do projecto e jornais locais para encorajar a divulgação sensível ao género de casos de violência e de abuso. Como parte desse trabalho, 15 raparigas e rapazes receberam formação em técnicas jornalísticas essenciais para lhes permitir partilhar informação e criar um jornal escolar que mostre boas práticas ao noticiar questões relacionadas com o direito à educação. Receberam também um pacote de material básico para montarem o jornal e foram postos em contacto com reputados jornalistas nacionais para beneficiar de apoio e tutoria. As crianças pediram para utilizar as técnicas adquiridas para noticiar casos de abuso contra as crianças de forma sensível e rigorosa e estabeleceram um modelo a seguir. Participaram também em fóruns de discussão sobre os direitos das crianças ao nível local e nacional.

Mais recentemente, em 2012, Dayse, de 11 anos, e participante na conferência em representação de uma das escolas do projecto em Manhiça, foi escolhida pelos colegas para apresentar a petição das raparigas contra o casamento prematuro ao Ministro da Educação e à Ministra das Mulheres e dos Assuntos Sociais. Esse evento foi difundido em directo pela televisão e visto por cerca de 70% da população das zonas urbanas. A experiência teve um efeito profundo na própria Dayse, pois não apenas pôde ficar a conhecer os seus direitos, como também transmitiu essa informação a um vasto público, sensibilizando para a questão e incentivando outros a verem-na como um exemplo e alguém a quem podiam pedir informações.

“Antes de participar na Conferência Nacional das Raparigas, costumava ver muitas raparigas grávidas, isso acontecia muito no meu bairro e eu achava que era normal. Agora sei que não é normal uma criança estar grávida, porque, quando isso acontece, essa criança deixa de ir à escola e de brincar. Agora sei que não está certo ficar grávida quando se é muito nova, sei que tenho de estudar. Na conferência, aprendi sobre os meus direitos. Fiquei muito feliz quando fui escolhida para ler a petição. Muita gente me viu na televisão, os meus colegas, a minha família e muitos dos meus vizinhos. Quando voltei para casa, as pessoas perguntavam-me o que é o casamento prematuro e o que pode ser feito para acabar com esse mal. Explico aos jovens e aos mais velhos tudo o que aprendi para permitir que as raparigas vão à escola.”

(Dayse, 6ª classe, Moçambique)

Os parceiros do projecto na comunidade aferiram também a resposta da mídia ao seu trabalho de advocacia monitorizando semanalmente a cobertura dos casos de VAGS na mídia em pelo menos dois jornais nacionais de cada país, e avaliando a sua sensibilidade ao género e aos direitos das raparigas. Este corpo de trabalho contribuiu para consciencializar os membros da comunidade para os direitos das raparigas, bem como para as leis nas quais estão consagrados, o que é um primeiro passo para capacitar as pessoas para reivindicarem os seus direitos perante os responsáveis.

Além disso, a produção de versões simplificadas e traduzidas da legislação e das políticas também contribuiu para criar um ambiente propício a que as crianças e membros da comunidade entendessem as questões da violência e da educação. A produção de versões apropriadas para crianças da Lei dos Crimes Sexuais e da Lei das Crianças em brochuras de bolso, simples e coloridas, permitiu a comunidades inteiras no Quênia entenderem essas questões e as políticas governamentais que lhes dizem respeito. No primeiro ano do Projecto apenas 36% dos membros da comunidade souberam identificar legislação relativa à VAGS, em comparação com 85% no 4º ano.

O objectivo do projecto, garantir a existência e implementação de um quadro jurídico e de políticas que abordasse especificamente a violência contra raparigas na escola nos três países, era de facto extremamente ambicioso. O desenvolvimento dos processos jurídicos e de políticas é extremamente político e burocratizado e envolve demoradas negociações entre múltiplos actores cada um com a sua própria agenda. Assim sendo, mudanças deste tipo requerem tempo, recursos e acções concertadas em coordenação com a sociedade civil, bem como advocacia estratégica, planeamento e grupos de pressão.

Embora ainda falte fazer muito para colmatar todas as lacunas e contradições nas disposições jurídicas e de políticas e sua implementação, já se verificam mudanças, como ilustrado pelos exemplos acima. Estas realizações ficaram em grande medida a dever-se à implementação da abordagem baseada nos direitos humanos da ActionAid, que visa alcançar mudanças sustentáveis ligando grupos locais com movimentos mais amplos, reunindo evidências fiáveis, promovendo a análise de políticas, organizando campanhas e utilizando as comunicações de massas.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

8. Concretizar o Potencial da Pesquisa

“A abordagem sólida e rigorosa do projecto à investigação e à recolha de dados revelou de forma credível e bem-sucedida aos implementadores e à comunidade educativa no geral uma gama de nuances e lacunas no trabalho sobre os castigos físicos, a sexualidade, a identidade de género e a saúde sexual e reprodutiva, bem como destacou áreas de interesse para futuras intervenções de pesquisa, políticas e programação.”

O cumprimento dos ambiciosos objectivos do projecto Fim à Violência Contra a Rapariga na Escola exigiu o conhecimento aprofundado de algumas das causas subjacentes da discriminação de género e dos padrões de violência contra as raparigas, assim como das consequências desses factores no potencial das raparigas para desfrutar do seu direito fundamental à educação.

Como destacado nas secções precedentes do presente documento, muito do que foi alcançado durante o ciclo de vida do projecto só foi possível devido à existência de um sólido corpo de evidências gerado pela componente de pesquisa do projecto, bem como pelo sistema de Monitoria e Avaliação (M&E). Esta informação facilitou uma compreensão mais aprofundada de algumas das questões chave na raiz da violência contra raparigas na escola e permitiu também que as equipas monitorizassem melhor as mudanças e impactos que ocorrem em resultado das intervenções do projecto. A Monitoria e Avaliação será analisada mais detalhadamente na secção seguinte, e esta secção centrar-se-á nalguns dos elementos com mais sucesso do componente de pesquisa do projecto.

Sendo um dos três componentes centrais do projecto, o elemento de pesquisa foi integrado na iniciativa global desde o início e gerou um manancial de dados quantitativos e qualitativos pormenorizados incluindo estudos de base nacionais e transnacionais comparativos, estudos longitudinais e estudos finais. A informação gerada pela pesquisa foi integrada na concepção do programa e forneceu a base de evidências para a advocacia.

Concepção da pesquisa e parcerias

O ambicioso modelo de pesquisa do projecto especificava uma equipa composta por quatro institutos de pesquisa, que trabalhariam em conjunto para conceber e implementar pesquisa quantitativa e qualitativa rigorosa e pormenorizada, para fundamentar a programação e a advocacia. A nível internacional, o Instituto de Educação da Universidade de Londres foi seleccionado para coordenar o componente global da pesquisa, trabalhando em estreita colaboração com a Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique, a Own and Associates do Quênia e a National Education Campaign Coalition do Gana.

Os investigadores de cada instituto colaboraram para conceber e implementar os estudos de base, longitudinais e finais com os parceiros nacionais responsáveis pela recolha e análise dos dados a nível nacional e o Instituto de Educação destinado a apoiar o processo global de concepção e implementação, bem como a produção de estudos comparativos agrupando conclusões dos três países.

Este modelo de parceria assente no respeito mútuo e no desejo de desenvolver e partilhar aprendizagens,

incentivou as equipas de pesquisa nacionais a contactarem regularmente entre si, partilhando competências e oferecendo apoio intensivo entre pares. Essa abordagem intensificou a capacidade dos parceiros para gerir e implementar pesquisas quantitativas e qualitativas complexas.

O investimento num modelo de pesquisa com múltiplos países e institutos, como foi o caso presente, que incluía reuniões e seminários presenciais regulares bem como a publicação de relatórios e outros materiais, exigiu a dotação de recursos significativos. Porém, esse investimento contribuiu para a partilha da visão e dos conhecimentos sobre a concepção, as abordagens e a metodologia da pesquisa, e do compromisso de qualidade, rigor e ética entre os quatro parceiros, tendo estimulado o estabelecimento de relações profissionais positivas e de aprendizagem interna. Para além das reuniões semestrais marcadas como parte do processo global de concepção e implementação da pesquisa, os parceiros nacionais procuraram também outras oportunidades de aprender uns com os outros e de se apoiarem entre pares. Durante as fases iniciais da pesquisa longitudinal, por exemplo, o investigador principal de Moçambique visitou a equipa do Quénia, e os investigadores ganenses foram até Moçambique partilhar competências com a equipa moçambicana. Estes exemplos destacam a eficácia e as oportunidades criativas para o estabelecimento de redes entre investigadores em projectos complexos envolvendo vários países.

Processos e produtos da pesquisa

.....

As relações de poder desiguais entre os géneros e as normas sociais com elas relacionadas são uma causa subjacente da violência contra as raparigas, contudo, a ActionAid reconhece que elas se manifestam de forma diferente em diferentes contextos políticos e socioculturais. As intervenções com sucesso são as que estão adaptadas e se baseiam numa análise rigorosa dos factores particulares que afectam a violência contra mulheres e crianças num dado contexto (ActionAid, 2012).

O componente de pesquisa fez parte do projecto durante os cinco anos do período de implementação, e serviu para produzir um manancial de dados quantitativos e qualitativos que informou as actividades de intervenção comunitária e dos parceiros de advocacia, que puderam assim divulgar evidências rigorosas ao nível comunitário e nacional, como parte da sua actividade visando mudar políticas e práticas.

Reconhecendo a complexidade e a ambição do modelo de pesquisa, a equipa instituiu um protocolo de pesquisa especificando o papel e responsabilidades de cada parceiro (incluindo contribuições para a concepção do quadro e das ferramentas do componente de Monitoria e Avaliação do projecto) e assegurando o cumprimento das normas deontológicas em todo o processo. A inclusão de investigadores noutros aspectos da programação, combinada com uma estruturação e procedimentos de funcionamento bem definidos mas flexíveis, reflectiu o valor atribuído pelo projecto à investigação e aos dados que as equipas geraram para apoio a uma programação eficaz e relevante.

Como sublinhado na p.7 o quadro conceptual do projecto foi elaborado conjuntamente nos estágios iniciais e serviu para fundamentar não apenas o conhecimento geral das equipas relativamente à violência contra as raparigas na escola, suas causas e consequências, mas também a concepção e a implementação dos vários elementos do componente de pesquisa.

No geral, a pesquisa produziu um leque de produtos, incluindo estudos nacionais e comparativos de base, longitudinais e finais, convites para participar em conferências globais sobre educação (incluindo o Fórum do Reino Unido para Educação e Formação Internacional (UKFIET) e a conferência da Iniciativa das Nações Unidas para a Educação das Raparigas em Dacar entre outros) bem como uma série de publicações em jornais credíveis nacionais e internacionais.

Os esforços do projecto para entender melhor os contextos em que a violência ocorre, bem como para monitorizar a mudança e o impacto originados por intervenções específicas, foi crucial para a

produção de pesquisa inovadora, informativa e eficaz que acrescenta valor ao projecto e aos intervenientes externos. A abordagem sólida e rigorosa do projecto à investigação e à recolha de dados revelou de forma credível e bem-sucedida aos implementadores e à comunidade educativa no geral uma gama de nuances e lacunas no trabalho sobre os castigos físicos, a sexualidade, a identidade de género, e a saúde sexual e reprodutiva, bem como destacou áreas de interesse para futuras intervenções de pesquisa, políticas e programação.

Ao falar directamente com as raparigas sobre os desafios que enfrentam e ao assegurar que as suas opiniões fossem incluídas nas conclusões do projecto, as equipas conseguiram utilizar essa informação para influenciar a advocacia relativa às políticas ao

nível nacional, bem como estimular a mobilização da comunidade a favor do direito das raparigas à educação e à protecção.

A criação de parcerias fortes entre profissionais e académicos no contexto do projecto foi um processo complexo e difícil mas compensador, que facultou à equipa do projecto e também à sociedade civil no seu todo dados credíveis para informar as intervenções programáticas bem como uma advocacia baseada em evidências. Faculta igualmente às crianças, às comunidades e ao público em geral uma visão mais clara de alguns dos obstáculos que se colocam à educação e à protecção das raparigas na escola e na família e apoia-as para exigirem medidas de mudança.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

9. Monitoria e Avaliação

“Este quadro muito detalhado... forneceu uma estrutura sólida e apoio em todas as etapas do processo às equipas nacionais nas tarefas de monitoria. Com a ajuda do respectivo manual e de formação apropriada, aumentou a confiança das equipas e melhorou as técnicas de recolha de dados.” *Leach and Dunne, 2012*

Como notado na secção anterior, a fim de seguir eficazmente o progresso do cumprimento dos ambiciosos objectivos do projecto, a equipa desenvolveu um quadro abrangente de Monitoria e Avaliação (M&E), complementado por diversas ferramentas para recolha regular de dados qualitativos e quantitativos.

Este processo, que foi conduzido pelo Instituto de Educação, incluiu membros de todos os parceiros do projecto, para garantir que todos tinham desenvolvido um sentido de apropriação em relação aos produtos finais, estavam familiarizados com o processo de recolha e análise de dados e tinham entendido a importância dos dados para informar as actividades de implementação e advocacia do programa durante o ciclo de vida do projecto.

O conteúdo do quadro de M&E reflectia os elementos centrais do Quadro Conceptual, reconhecendo a necessidade de combater a violência contra as raparigas a múltiplos níveis e procurando captar dados relevantes para mudanças nas interações, instituições e relações de poder que afectam a forma como as raparigas vivem a violência.

O próprio quadro incluiu quatro secções, cada uma ligada a um dos quatro objectivos do projecto e contendo uma série de indicadores detalhados que eram específicos, mensuráveis e no entanto suficientemente flexíveis para poderem ser adaptados aos diferentes contextos dos três países. Os indicadores serviram para captar informação qualitativa e quantitativa sobre mudanças na legislação e nas políticas, no ingresso, retenção e abandono das raparigas, na prevalência da violência contra as raparigas e na confiança das raparigas, verificadas nas escolas e comunidades abrangidas pelo projecto.

Esses indicadores foram incorporados nos estágios fundamentais do componente de pesquisa, particularmente os estudos de base e finais, bem como na meticulosa recolha e análise anual de dados. Enquanto os estudos de base e finais foram dirigidos por parceiros de investigação, as actividades anuais de M&E foram dirigidas pelas comunidades e por pessoal dos parceiros executantes responsáveis pela advocacia, em colaboração com a ActionAid e com o apoio de um manual de orientação e uma série de ferramentas especialmente desenhadas para esse fim. Esses recursos incluíam calendários e orientações passo-a-passo simples e intuitivas para recolha de dados destinados a apoiar o pessoal executante no seguimento do progresso dos objectivos com regularidade, através da comparação das mudanças com os dados de base.

Esta informação contribuiu grandemente para valorizar as actividades de programação e advocacia do projecto, ao fornecer às equipas dados qualitativos e quantitativos fiáveis que permitiram melhorar ou alterar as estratégias de implementação e levar à atenção dos decisores questões relativas ao direito das raparigas à educação e à protecção.

O quadro não apenas foi considerado um sucesso pela própria ActionAid como também foi muito apreciado pelos intervenientes externos, incluindo outras organizações e institutos de pesquisa que actuam em campos relacionados.

“Este quadro muito detalhado [...] forneceu uma estrutura sólida e apoio em todas as etapas do processo às equipas nacionais nas tarefas de monitoria. Com a ajuda do respectivo manual e de formação apropriada, aumentou a confiança das equipas e melhorou as técnicas de recolha de

dados. O resultado consistiu em dados mais fiáveis e abrangentes, com poucas lacunas. A monitoria regular e fiável permitiu que se fizessem ajustes às actividades do projecto logo de início, e aumentou a possibilidade de cumprir as metas do projecto atempadamente. (Leach and Dunne, 2012)

Exemplos dos indicadores de M&E desenvolvidos para aferir o Resultado 2: redução da violência contra as raparigas por familiares, professores e pares

Resultados Intermédios e Indicadores

2.1: Maior consciencialização sobre legislação, prevenção e mecanismos de VAGS.

Indicadores:

percentagem de respondentes (que não as raparigas) capazes de identificar legislação específica visando a prevenção da VAG, mecanismos formais para denunciar e encaminhar incidentes de VAG, e que conheçam uma organização ou serviço local que preste apoio às sobreviventes de VAG.

2.2: maior rejeição da VAGS por parte da comunidade e apoio aos esforços para a reduzir.

Indicadores:

percentagem de respondentes que acham que os professores não têm o direito de pedir favores sexuais aos alunos, que acham que as raparigas não são culpadas do assédio sexual e que questionam os castigos físicos.

2.3: diminuição na incidência da VAG em casa, na escola e na comunidade.

Indicadores:

percentagem de raparigas que sofreram violência na escola nos últimos 12 meses/em casa ou na comunidade nos últimos 12 meses.

Algumas das recomendações chave resultantes do processo de desenvolvimento e implementação dos instrumentos, do manual e do quadro de M&E do projecto incluem a necessidade do seguinte:

1. Envolver representantes de todos os sectores do projecto, incluindo os responsáveis pela implementação na comunidade, pela pesquisa, advocacia e coordenação no desenvolvimento do quadro e dos instrumentos de M&E, a fim de promover o entendimento, o sentido de apropriação e o empenho na recolha, análise e utilização dos dados resultantes.
2. Desenvolver indicadores de resultados quantitativos e qualitativos simples que sejam específicos, mensuráveis, relevantes e apoiem

eficazmente o seguimento do progresso dos objectivos do projecto.

3. A produção de um manual de orientação e de um conjunto de ferramentas simples e fáceis de usar, complementada por formação básica, é crucial para garantir que o pessoal responsável pela recolha e análise dos dados entende o propósito dessa tarefa e consegue com facilidade captar dados fiáveis no terreno.
4. Garantir que todos os membros da equipa estão envolvidos na análise e interpretação dos dados de M&E anuais ajuda a compreender melhor as mudanças ocorridas nas áreas de intervenção do projecto e a orientar melhor as estratégias de implementação do projecto.

Para além de servir de ferramenta interna para aferir o progresso dos resultados, o quadro de M&E e os dados recolhidos em relação aos vários indicadores foram também eficazmente usados por avaliadores externos independentes responsáveis pela condução das análises do projecto intercalares e finais, facultando ao pessoal do projecto e aos doadores

evidências fiáveis que destacam o que funciona e facultam evidência clara e abrangente das áreas em que o projecto teve êxito (ou menos êxito) na consecução das mudanças positivas esperadas na vida das raparigas durante os cinco anos da sua implementação.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

10. Conclusão

“ActionAid exige a tomada de medidas por parte dos governos e da comunidade internacional para proteger as raparigas da violência e aumentar o número de raparigas que vão à escola” ActionAid 2004

Estabelecido no contexto do trabalho mais amplo de campanhas e advocacia da ActionAid a favor do direito das raparigas à educação, o projecto Fim à Violência Contra a Rapariga na Escola, que decorreu de 2008 a 2013, foi uma iniciativa ambiciosa visando permitir às raparigas desfrutar do seu direito à educação e protecção num ambiente livre de violência no Gana, Quênia e Moçambique.

Embora cinco anos seja de facto um período curto para se esperar mudanças sociais em questões tão complexas como o género e a violência, a paixão e empenho das equipas do projecto bem como a adopção de uma estratégia combinando iniciativas comunitárias com pesquisa e advocacia resultaram em mudanças reais nos conhecimentos, políticas e práticas, como sublinhado nos vários estudos de caso e exemplos apresentados neste documento. Ao adoptar uma abordagem que combina pesquisa, advocacia e iniciativas comunitárias, o projecto procurou compreender as condições e relações sociais que constroem as raparigas, sem descurar os processos pelos quais elas aumentam a capacidade de defender a própria segurança e integridade física, e, de modo geral, reivindicar direitos e dignidade humana, concluir a escolaridade e trabalhar para transformar estruturas injustas.

As conclusões da pesquisa levada a cabo durante o projecto sublinharam alguns dos principais factores que impedem as raparigas de desfrutar do seu direito à educação e protecção da violência, permitiram aos membros da equipa responsáveis pelas iniciativas comunitárias refinar as suas estratégias de intervenção e forneceram evidências credíveis para as actividades de advocacia do projecto sob a forma de relatórios de pesquisa detalhados.

O aumento da consciencialização do direito das raparigas à protecção contra a violência, do conhecimento dos canais oficiais para denúncia e das organizações que prestam apoio às vítimas de violência entre pais, crianças, professores e outros membros da comunidade resultaram em mudanças visíveis nos conhecimentos e práticas, levando a uma redução mensurável dos incidentes de violência contra raparigas nos três países.

Ao colocar as raparigas no centro de todo o seu trabalho e ao enfatizar o seu empoderamento através da participação e envolvimento activos em reuniões com decisores a todos os níveis incluindo destacados políticos, o projecto conseguiu aumentar a autoconfiança das raparigas permitindo-lhes desafiar o *status quo* sobre o papel das raparigas na sociedade e contribuir para manter a questão do seu direito à educação e à protecção na agenda pública.

Além disso, os esforços concertados para garantir a necessária aceitação por intervenientes governamentais chave a todos os níveis tem sido crucial para a consecução de mudanças na legislação e nas políticas, que deverão ter um amplo impacto positivo para milhares de raparigas nos três países, muito para além das zonas intervencionadas e do ciclo de vida do projecto.

Este trabalho, no entanto, não poderia ter sido feito apenas pelas equipas do projecto, e uma das lições chave a reter desta iniciativa é a importância de formar movimentos de solidariedade desde o nível local ao nacional (e em última análise ao global), e de utilizar advocacia assente em evidências para alcançar mudanças concretas.

À medida que se aproxima 2015, prazo dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e das metas da Educação Para Todos, continua a ser negado a milhões de raparigas na África Subsaariana o direito à educação e à protecção. Compreender os factores subjacentes que impedem as raparigas

de aceder à educação, bem como o que funciona em termos de prevenção e mudança é, assim, fundamental para se alcançar um impacto sustentável a longo prazo.

Embora este projecto em particular tenha chegado ao fim, espera-se que o valioso corpo de pesquisa bem como a documentação sobre as respostas programáticas de sucesso geradas durante a sua implementação ajudem os profissionais neste campo a reforçar o seu empenho para assegurar que o direito das raparigas à educação e à protecção contra a violência continue no topo da agenda até 2015 e para lá desse período.



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

act:onaid



Na escola devo ser tratada com o mesmo respeito que os rapazes.

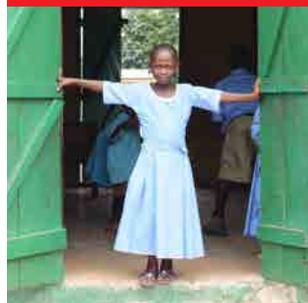


A educação é o meu direito fundamental. Não devo pagar para ir à escola.

Se me magoarem ou abusarem de mim tem de haver alguém para defender os meus direitos.



Só posso beneficiar da minha educação se não houver violência na escola ou no caminho para a escola



A escola não deve limitar os meus horizontes, mas sim mostrar-me muitas opções.



Preciso aprender sobre o HIV/Sida para poder me proteger.

A minha escola deve ter latrinas limpas, seguras e separadas para raparigas.



Os meus professores devem contestar a discriminação sempre que acontecer.



Tenho o direito de dizer não ao sexo. Ninguém deverá pedir nem obrigar-me a fazer sexo.



Os meus pais não podem retirar-me da escola e ninguém tem o direito de me expulsar por estar grávida.

***Fim à Violência Contra as Raparigas na Escola!
Façamos dos direitos da rapariga à educação uma realidade!***

Referências

ActionAid International (2004). Stop Violence Against Girls in School: research briefing, Johannesburg: ActionAid International

ActionAid International (2012). A Theory of Change for Tackling Violence Against Women and Girls, Londres: ActionAid International

Education for Change Ltd (2013), Final Evaluation Report for Stop Violence Against Girls in School, relatório de avaliação no final do projecto, por publicar

Asmara Figue, Akanksha Marphatia, Victorine Djitrinou, Jenny Parkes (2010). Girls at the Heart: a review of girls' participation in initiatives to combat violence in school, artigo apresentado na conferência E4: Engendering Empowerment: Education and Equality, Dakar, Senegal

Greene, M., Robles, O., Stout, K. and Suvilaakso, T. (2013) A girl's right to learn without fear: Working to end gender-based violence at school. Woking: Plan International

Leach, M., Slade, E. and Dunne, M. (2012). Promising Practice in School-Related Gender Based Violence (SRGBV) Prevention and Response Programming Globally, Brighton: University of Sussex

Parkes, J. and Heslop, J. (2011). Stop Violence Against Girls in School: a cross-country analysis of baseline research from Ghana, Kenya and Mozambique, Londres: ActionAid International

Parkes, J and Heslop, J (2013). A Cross-Country Analysis of Change in Kenya, Ghana and Mozambique, estudo final por publicar

Save the Children Sweden (2010). Regional Study of Children's Participation in Southern Africa: South Africa, Swaziland and Zambia, Save the Children Sweden

UNESCO BREDIA (2012). Kenya EFA Profile, Dakar: UNESCO

UNESCO & UNICEF (2013). Making Education a Priority in the Post-2015 Development Agenda: report of the global thematic consultation on education in the post-2015 development agenda, UNESCO, UNICEF

UNICEF Ghana (2011). Education Disparities between Northern and Southern Ghana, Accra: UNICEF Ghana

UNRIC, (2013). Key Statistics on Violence Against Women and Girls, online at: <http://www.unric.org/en/uk-a-ireland-news-archive/28258-key-statistics-on-violence-against-women-and-girls->

WHO, (2013). Adolescent Pregnancy, online at: http://www.who.int/maternal_child_adolescent/topics/maternal/adolescent_pregnancy/en/

Yankah, E (2011), Mid-Term Review of Stop Violence Against Girls in School Project, relatório intercalar de avaliação do projecto, por publicar



O projecto fim à violência contra a rapariga na escola
FOTOGRAFIA: ACTIONAID

A **ActionAid** é um movimento global de pessoas que trabalham em parceria para alcançar os direitos humanos das pessoas e combater a pobreza. Acreditamos que as pessoas vivendo em situação de pobreza têm o poder para criar mudanças para elas próprias, para as suas famílias e comunidades. A ActionAid é a catalisadora dessa mudança”.

Número de registo internacional: 27264198

Website: **www.actionaid.org**

Telefone: **+27 11 731 4500**

Fax: **+27 11 880 8082**

Email: **mailjhb@actionaid.org**

ActionAid International Secretariat,
Postnet Suite 248, Private Bag X31, Saxonwold 2132,
Johannesburg, South Africa.

Fim à Violência Contra as Raparigas na Escola! Façamos dos direitos da rapariga à educação uma realidade!

ActionAid, Setembro 2013